2073
TEXTO PARA DISCUSSÃO

MENSURANDO O EMPREGO NO SETOR TURISMO NO BRASIL: DO NÍVEL NACIONAL AO REGIONAL E LOCAL

Patrícia A. Morita Sakowski

ipea

2073
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, abril de 2015

MENSURANDO O EMPREGO NO SETOR TURISMO NO BRASIL: DO NÍVEL NACIONAL AO REGIONAL E LOCAL

Patrícia A. Morita Sakowski[1]

1. Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Substituto
Bernardo Alves Furtado

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto
Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete, Substituto
José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: L-83; J-21.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 EMPREGO NO TURISMO *VERSUS* EMPREGO NAS ACTs 7

3 ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE COMPÕEM O SETOR TURISMO NO BRASIL 9

4 A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS 11

5 EMPREGO NO TURISMO NO NÍVEL NACIONAL 12

6 EMPREGO NAS ACTs NOS NÍVEIS REGIONAL E LOCAL 15

7 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREGADOS NAS ACTs 31

8 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS NAS ACTs 41

9 CONCLUSÃO 47

POSFÁCIO 49

REFERÊNCIAS 50

APÊNDICE 51

SINOPSE

Este texto apresenta a experiência do Brasil na utilização da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) como fonte de estatísticas de emprego no setor turismo no nível subnacional. Dados gerais para o emprego no setor turismo são apresentados no nível nacional, regional e local com os respectivos mapas e, como exemplo ilustrativo, estatísticas comparativas de emprego e características dos trabalhadores e estabelecimentos no setor são fornecidas para o Brasil, Bahia, Salvador e cidades turísticas da Bahia. A experiência do Brasil mostra que os registros administrativos constituem rica fonte de dados a partir da qual estatísticas subnacionais valiosas para o turismo podem ser derivadas de forma relativamente barata. Também indica que países com registros administrativos de boa qualidade podem se beneficiar da exploração destas bases como importante fonte de estatísticas de emprego no setor turismo.

Palavras-chave: turismo; emprego; registro administrativo; estatísticas subnacionais; regional.

ABSTRACT

This paper presents the experience of Brazil in using the administrative record rais (Annual Register on Social Information) to generate statistics for employment in the tourism industries at the subnational level. Overall data for employment in the tourism industries are presented for the national, regional and local level along with the respective maps and, as an illustrative case, comparative statistics of employment and characteristics of workers and establishments in the tourism industries are provided for Brazil, Bahia, Salvador and touristic cities in Bahia. The experience of Brazil shows that administrative records can be a rich data source from which valuable sub-national statistics for tourism can be derived in a relatively inexpensive way. It also suggests that countries with good quality administrative records could benefit from exploring these databases as an important source of employment statistics for the tourism industries.

Keywords: tourism; employment; administrative registers; subnational statistics; regional.

1 INTRODUÇÃO

Estatísticas em nível subnacional são importantes especialmente em países com extensa área territorial e consideráveis disparidades regionais. No caso de estatísticas de emprego no setor turismo, a relevância dos dados em nível local se amplia, tendo em vista que o turismo é largamente dependente do território.

Desde 2003, o Ipea desenvolve um sistema de informação sobre o mercado de trabalho no setor de turismo por meio da utilização de um registro administrativo – a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) – como sua principal fonte de dados. Este projeto tem sido realizado em cooperação com o Ministério do Turismo, e mostra que os registros administrativos constituem rica fonte de dados a partir da qual estatísticas subnacionais valiosas para o turismo podem ser derivadas de forma relativamente barata.

O objetivo deste texto é descrever a experiência do Brasil na medição do emprego no setor turismo e na análise das características dos trabalhadores e estabelecimentos no setor, até o nível local (municipal), por meio do uso deste registro administrativo (Rais).

A seção 2 explica os conceitos utilizados na compilação das estatísticas de emprego; a seção 3 identifica as atividades econômicas que compõem o setor turismo no Brasil; e a seção 4 descreve a base de dados utilizada. Em seguida, estatísticas gerais do emprego no setor são apresentadas para o nível nacional, regional e local com seus respectivos mapas. Estatísticas comparativas de emprego e características dos trabalhadores e estabelecimentos são dadas, então, para Brasil, Bahia, Salvador e cidades turísticas da Bahia como caso ilustrativo da análise de dados em diferentes níveis geográficos. Por fim, as principais conclusões são apresentadas com indicação de pesquisas futuras.

2 EMPREGO NO TURISMO *VERSUS* EMPREGO NAS ACTs

As Recomendações Internacionais sobre Estatísticas do Turismo (IRTS) de 2008 descrevem duas formas de mensuração do emprego relacionado ao turismo. *Emprego no turismo* refere-se ao "emprego estritamente relacionado aos bens e serviços (característicos do turismo, conectados ao turismo e outros) *adquiridos pelos visitantes* e produzidos por indústrias do turismo ou por outras indústrias" (UNWTO, 2010, p. 61, grifo do autor). *Emprego nas indústrias do turismo* refere-se ao emprego nas atividades características do

turismo (ACTs),[1] independentemente de os bens e serviços produzidos serem ou não consumidos por visitantes.

Em outras palavras, o *emprego nas indústrias do turismo* considera a totalidade das ocupações nas ACTs, independentemente de essas ocupações estarem relacionadas ao consumo de turistas ou não. O *emprego no turismo,* por sua vez, contabiliza apenas o emprego estritamente relacionado aos bens e serviços adquiridos por visitantes, mas não se restringe às ACTs.

Nota-se que o termo *emprego nas indústrias do turismo* e *emprego nas ACTs* são sinônimos. Neste texto, será dada preferência ao termo *emprego nas ACTs*, de modo a tornar a terminologia mais leve e uniformizada com outros textos sobre o turismo publicados pelo Ipea. Tendo em vista que o setor turismo é constituído pelas ACTs, o termo *emprego no setor turismo* também será utilizado como sinônimo.

Em 2003, o Ipea desenvolveu uma metodologia para estimar o *emprego no turismo* formal – ou seja, o emprego associado ao consumo de turistas – por meio da combinação de dados de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (banco de dados da Rais), com dados amostrais de uma pesquisa telefônica conduzida pelo Ipea. Enquanto a Rais forneceu informações sobre o *emprego nas ACTs*, os dados da pesquisa do Ipea permitiram estimar a porcentagem de emprego nas ACTs associado ao consumo pelos visitantes. A associação dos dados permitiu, portanto, estimar o *emprego no turismo* nas ACTs.

Nessa pesquisa, mais de 8 mil estabelecimentos espalhados por todo o Brasil foram entrevistados em relação à porcentagem de turistas entre os seus clientes. Estes dados foram utilizados para estimar "coeficientes de atendimento a turistas" por ACT, por mês e Unidade da Federação (UF). Por exemplo, se o coeficiente de atendimento a turistas na ACT Alimentação, em dado mês e UF, fosse de 20%, o emprego no turismo nas ACTs nessa UF e nesse mês equivaleria a 20% do emprego nesta ACT. Em 2010, a pesquisa foi repetida para atualização dos coeficientes.[2]

1. As atividades características do turismo (ACTs) correspondem ao conjunto de atividades em que se concentra a maior parte dos gastos dos turistas. O recorte de ACTs considerado neste estudo consta na seção 3. Para uma definição mais detalhada de ACT, produtos característicos do turismo e produtos conectados ao turismo, ver UNWTO (2010, p. 99).
2. Mais detalhes sobre a segunda pesquisa podem ser obtidos em Sakowski (2013).

Nota-se que os dados de *emprego no turismo nas ACTs* correspondem aos valores frequentemente divulgados pelo Ipea nos seus textos sobre o setor, tendo em vista que eles se aproximam mais do número de empregos efetivamente gerados pela atividade de turismo.

Enquanto os dados sobre o *emprego nas ACTs* estão disponíveis até o nível local (município), os dados sobre o *emprego no turismo nas ACTs* estão disponíveis apenas até o nível estadual (tabela 1). Como o objetivo deste texto é explorar estatísticas comparáveis do nível nacional para o nível local, serão apresentados apenas dados sobre emprego nas ACTs, isto é, dados sobre o emprego independentemente de os bens ou serviços ofertados serem adquiridos por turistas ou não.

TABELA 1
Disponibilidade de dados sobre emprego formal por nível geográfico

	País	Região[1]	UF	Município
Emprego nas ACTs	Disponível	Disponível	Disponível	Disponível
Emprego no turismo nas ACTs	Disponível	Disponível	Disponível	Não disponível

Nota: [1] Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
Elaboração da autora.

É importante ressaltar que os dados sobre as características dos empregados e estabelecimentos no setor turismo apresentados na seção 7 também se referem ao *emprego nas ACTs*, e não ao *emprego no turismo nas ACTs*. No Brasil, isto pode trazer distorções, uma vez que trabalhadores que atendem a turistas provavelmente possuem perfil diferente dos que não atendem. Com os dados disponíveis atualmente, não é possível identificar especificamente os trabalhadores e estabelecimentos que atendem a turistas.

3 ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE COMPÕEM O SETOR TURISMO NO BRASIL

Na primeira pesquisa conduzida pelo Ipea, em 2003, a definição das atividades econômicas que compõe o setor turismo seguiu as IRTS de 1993. Por sua vez, a segunda pesquisa de campo, realizada em 2010, considerou as atualizações do IRTS 2008 no recorte das ACTs e ajustou os dados da pesquisa de 2003 de modo a manter a compatibilidade.

O equivalente da International Standard Industrial Classification (ISIC) no Brasil é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Até 2005, os estabelecimentos na base de dados utilizada – a Rais – eram classificados com base na CNAE 1.0 em cinco dígitos (nível da classe). Em 2006, a Rais passou a adotar a CNAE 2.0 em cinco dígitos (nível da classe) e, em 2009, os estabelecimentos passaram a ser identificadas pela CNAE 2.0 em sete dígitos (nível da subclasse).

Essas mudanças na CNAE permitiram que o Ipea delimitasse as atividades características do turismo com mais precisão na segunda pesquisa de campo conduzida em 2010. Em 2003, por exemplo, a CNAE 1.0 em cinco dígitos do transporte aéreo agrupava tanto transporte de carga quanto de passageiros em uma mesma classe. Na CNAE 2.0, estes dois tipos de transporte aéreo foram divididos em classes distintas, e o transporte aéreo de carga pôde ser excluído do recorte das ACTs. O mesmo aconteceu com o transporte aquaviário: o transporte aquaviário de carga pôde ser identificado e excluído das ACTs utilizando-se a CNAE 2.0 em sete dígitos. Apesar de estas mudanças terem sido benéficas, em alguns casos, elas causaram quebras estruturais nas séries, gerando problemas de compatibilidade entre os coeficientes de atendimento a turistas de 2003 e 2010.

De modo a aproveitar os benefícios da classificação de atividades mais refinada, disponível a partir de 2009, conduziu-se uma análise detalhada, sob a orientação de Marion Librero,[3] para selecionar as CNAEs a serem consideradas atividades características do turismo. O apêndice 1 traz uma lista das CNAEs que compõem cada uma das ACTs consideradas neste estudo.

Apesar das recomendações do IRTS 2008, as seguintes atividades não foram consideradas: transporte ferroviário de passageiros; comércio a varejo de bens característicos do turismo específicos de cada país; e outras atividades características do turismo específicas de cada país. Estas atividades não foram incluídas devido à sua irrelevância no país ou porque não haviam sido tratadas no levantamento inicial em 2003, em razão da impossibilidade de identificá-las com a CNAE em cinco dígitos. No entanto, estudos futuros podem analisar a possibilidade de incluí-las a partir de 2009 com a CNAE em sete dígitos. Devido a este domínio mais restrito de análise, os números do emprego no setor turismo no Brasil podem ser relativamente inferiores que estatísticas internacionais que sigam o recorte do IRTS 2008.

3. Especialista em estatísticas do turismo, que participou ativamente na formulação do IRTS 2008.

4 A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

A Rais foi a principal fonte de dados utilizada neste estudo. Ela consiste de um registro administrativo gerido pelo MTE e instituído em 1975 pelo Decreto nº 76.900/1975. Seus objetivos originais eram controlar o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), calcular as quotas do PIS/PASEP, monitorar o grau de nacionalização da mão de obra e gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho. Atualmente, sua principal função é viabilizar o pagamento do abono salarial. A Rais também é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a construção do Cadastro Central de Empresas (Cempre).

A Rais tem cobertura nacional e sua declaração é obrigatória para todos os estabelecimentos registrados, inclusive aqueles sem vínculos empregatícios (Rais negativa). Ela possui periodicidade anual, com dados de estoque de emprego (número de vínculos empregatícios) para o mês de dezembro e de fluxo (admissões e demissões) para todos os meses do ano.

A Rais contém as seguintes informações sobre os estabelecimentos: dados cadastrais (CNPJ, razão social, endereço, telefone etc.), atividade econômica (CNAE), natureza jurídica, número de proprietários/sócios que trabalham no estabelecimento, data-base, porte do estabelecimento de acordo com sua receita anual bruta, informação se o estabelecimento é optante ou não pelo Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), dados sobre participação no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), informações sobre contribuições sindicais patronais, entre outros.

Sobre os empregados, os seguintes dados estão disponíveis: dados cadastrais (nome, código do PIS/PASEP), nome do empregador, sexo, data de nascimento, raça/cor, grau de instrução, nacionalidade, salário contratual, horas de trabalho por semana, ocupação (de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO), tipo de vínculo empregatício, remunerações mensais, entre outras.

A Rais é uma fonte de estatísticas particularmente interessante, pois permite a desagregação dos dados até o nível local (municipal) e até a subclasse de atividade econômica (CNAE sete dígitos a partir de 2009). Além disso, a unidade estatística básica

é o estabelecimento e não a empresa, o que contribui para uma leitura mais precisa da distribuição espacial do emprego. Uma desvantagem da Rais é que ela é propensa a erros de classificação da atividade econômica, uma vez que a CNAE é autodeclarada pelo estabelecimento.

Neste estudo, utilizou-se um subconjunto da Rais composto pelo grupo de estabelecimentos com pelo menos um vínculo empregatício no mês de dezembro e pelos vínculos empregatícios regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isto significa que o setor público, responsável por cerca de 14% dos empregos formais, não foi considerado. Os empregos regidos pela CLT cobrem cerca de 82% do universo de vínculos empregatícios.

A exclusão do setor público pode viesar para cima a participação das ACTs na economia, particularmente no Distrito Federal, onde o setor público é concentrado.

Os dados de emprego são fornecidos em termos de número de vínculos empregatícios e não do número de pessoas empregadas. Em outras palavras, uma pessoa com dois vínculos empregatícios contaria como dois empregos. Analogamente, dois empregos equivalem a dois vínculos empregatícios. O termo "empregado" também é utilizado como equivalente a *vínculo empregatício*, de modo a tornar o texto mais leve. Assim, quando se afirma que 50% dos empregados são homens, deve-se entender que 50% dos vínculos empregatícios são preenchidos por homens. Os dados não foram ajustados de modo a equivaler a vínculos em tempo integral. Isto poderia ser objeto de estudos futuros.

5 EMPREGO NO TURISMO NO NÍVEL NACIONAL

A tabela 2 fornece estatísticas gerais de estabelecimentos e emprego para o turismo e a economia em geral no Brasil de 2006 a 2010. Novas métricas propostas por MacFeely, Delaney e O'Donoghue e denominadas "taxas de dependência do turismo" (TDTs) são apresentadas, uma vez que elas "Ilustram como o lado da oferta do turismo pode ser analisado e compreendido a partir de uma perspectiva espacial" (MacFeely Delaney e O'Donoghue, 2012). Neste estudo, as taxas de dependência do turismo são calculadas utilizando o número de estabelecimentos, número de empregos e massa salarial nas ACTs e na economia em geral.

Em dezembro de 2010, os estabelecimentos no setor turismo no Brasil corresponderam a 6,6% (mais de 198 mil) do total de estabelecimentos no país, e foram responsáveis por 5,0% (mais 1,7 milhão) dos empregos e por 3,5% (mais de R$ 1,7 bilhão)[4] da massa salarial gerada no ano. O *emprego no turismo nas ACTs* respondeu por 51,6% do emprego nas ACTs e por 2,6% do emprego na economia em geral.

TABELA 2
Estatísticas gerais de empregos e estabelecimentos – Brasil (2006-2010)

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Turismo						
Número de estabelecimentos	('000)	155	163	172	183	198
Número de empregos nas ACTs	('000)	1.344	1.432	1.531	1.593	1.725
Número de empregos no turismo nas ACTs	('000)	703	748	794	828	890
Massa salarial	R$ milhões	989	1.151	1.332	1.459	1.759
Remuneração média	R$	736	804	870	916	1.019
Economia						
Número de estabelecimentos	('000)	2.492	2.575	2.700	2.823	2.984
Número de empregos	('000)	27.133	29.033	30.871	32.150	34.725
Massa salarial	R$ milhões	29.452	33.616	39.046	43.428	50.839
Remuneração média	R$	1.085	1.158	1.265	1.351	1.464
Índice de dependência do turismo – baseado em:						
Número de estabelecimentos	%	6,2	6,3	6,4	6,5	6,6
Número de empregos nas ACTs	%	5,0	4,9	5,0	5,0	5,0
Número de empregos no turismo nas ACTs	%	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6
Massa salarial	%	3,4	3,4	3,4	3,4	3,5
Razão entre remuneração média nas ACTs e na economia						
Remuneração média nas ACTs/remuneração média na economia	Razão	0,68	0,69	0,69	0,68	0,70

Fonte: Brasil (2006; 2010).

De 2006 a 2010, o número de estabelecimentos, de *empregos nas ACTs* e de *emprego no turismo nas ACTs* cresceu 28%, 28% e 27%, respectivamente. No entanto, enquanto a participação na economia do *emprego nas ACTs* e do *emprego no turismo nas ACTs* se manteve estável, a participação dos estabelecimentos no turismo aumentou 0,4 ponto percentuai (p.p.). Isto ocorreu porque o número de estabelecimentos na economia cresceu consideravelmente menos (20% entre 2006 e 2010) que nas ACTs.

A tabela 2 mostra que os estabelecimentos no setor turismo no Brasil possuem menos mão de obra intensiva que a média do mercado. Em 2010, estabelecimentos no setor turismo empregavam nove pessoas em média (valor aproximado pelo número de vínculos empregatícios), contra doze pessoas na média da economia.

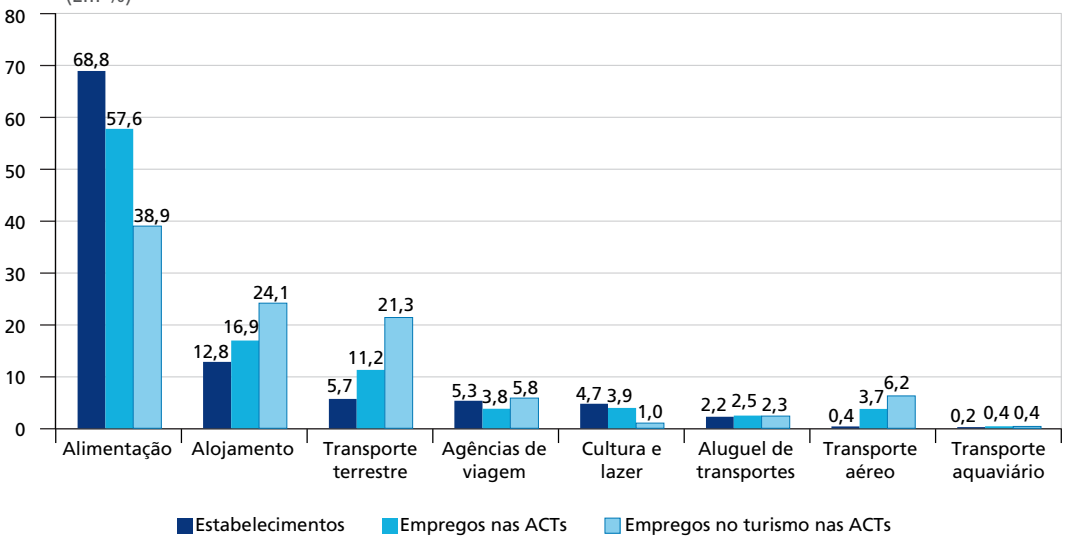
4. Todos os valores monetários são expressos em preços correntes.

A participação das ACTs na massa salarial registrou ligeiro aumento de 3,36% para 3,46% entre 2006 e 2010.[5] Nota-se também que a remuneração média no setor turismo é relativamente baixa, representando 70% ou menos da remuneração média da economia em todos os anos considerados.

O gráfico 1 ilustra a participação de cada ACT no setor, em dezembro de 2010. Alimentação é a ACT mais significativa em termos de número de estabelecimentos, empregos nas ACTs e emprego no turismo nas ACTs, respondendo por quase 70% dos estabelecimentos e quase 60% do emprego nas ACTs. Alojamento, transporte terrestre, agências de viagem e transporte aéreo seguem nesta ordem em termos de número de vínculos empregatícios.

Com relação ao tamanho, os estabelecimentos de transporte são os maiores: o transporte aéreo apresenta em média 91 empregados por estabelecimento, seguido por transporte terrestre (dezessete empregados por estabelecimento) e transporte aquaviário (doze empregados por estabelecimento). Estabelecimentos em alojamento possuem em média doze empregados, contra sete em alimentação e seis em agências de viagens.

GRÁFICO 1
Participação das ACTs no setor turismo - Brasil (2010)
(Em %)



Fonte: Brasil (2010).

5. O valor absoluto da massa salarial e da remuneração média não devem ser comparados ano a ano, pois não foram trazidos a valores constantes pela falta de um índice de preço regional do turismo adequado.

6 EMPREGO NAS ACTs NOS NÍVEIS REGIONAL E LOCAL

Especialmente em países com área territorial extensa e disparidades regionais significativas, estatísticas em nível nacional e até regional muitas vezes são insuficientes para identificar as áreas onde o turismo é mais relevante e caracterizar adequadamente os profissionais do setor. Esta seção apresenta estatísticas gerais de turismo em diferentes escalas geográficas, acompanhadas de seus respectivos mapas ilustrativos.

6.1 Estabelecimentos

O mapa 1 mostra a taxa de dependência do turismo baseada no número de estabelecimentos para os diferentes estados do Brasil em 2010. Este mapa ilustra a distribuição espacial da dependência do turismo no país, indicando a importância do setor para os estados ao longo da costa. Distrito Federal (9,0%), Roraima (8,6%), Alagoas (8,5%) e Rio de Janeiro (8,0%) destacam-se como os mais importantes em termos da contribuição das ACTs para o número de estabelecimentos no conjunto da economia (apêndices B e C).

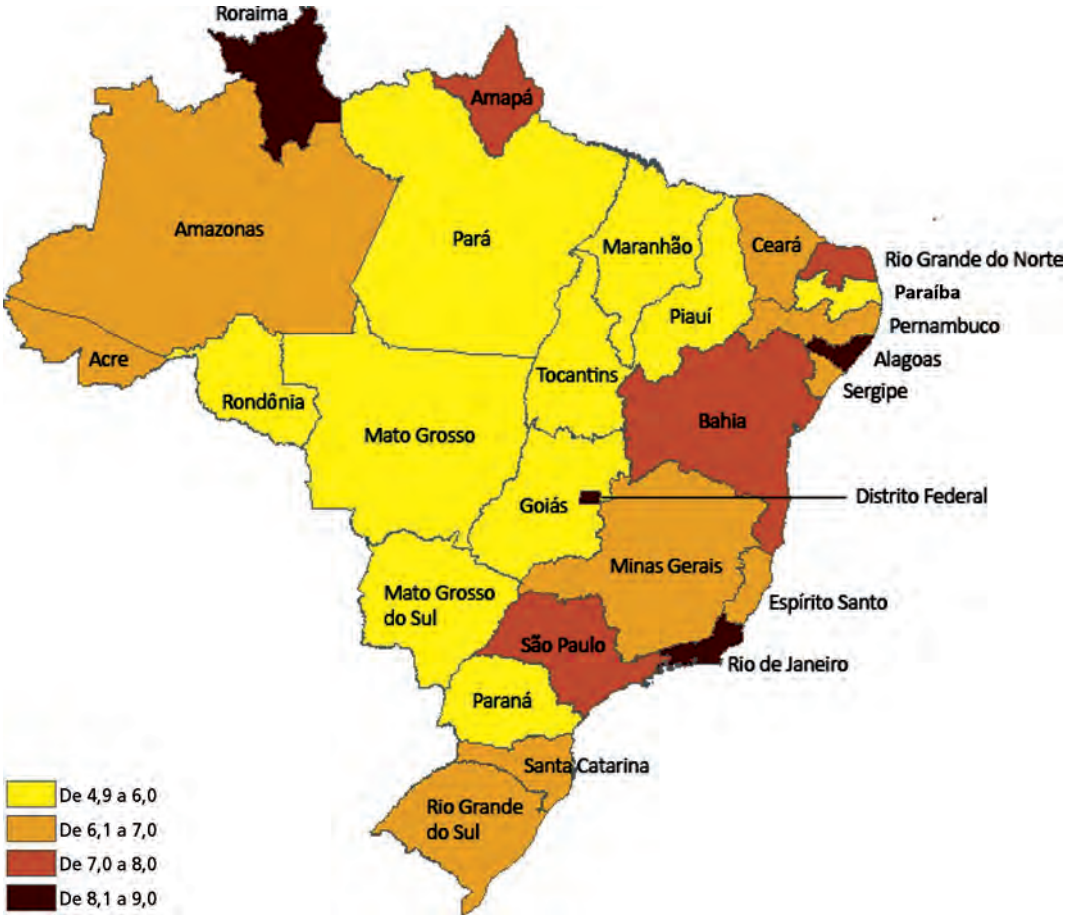
Apesar de o turismo – especialmente o de negócios – ser importante no Distrito Federal, sua relevância pode estar superestimada pelo fato de que o setor público não é considerado nas estatísticas, subestimando o valor da economia. Quanto a Roraima, embora a importância do turismo na economia seja alta, os estabelecimentos nas ACTs nesse estado respondem por apenas 0,15% dos estabelecimentos no setor no Brasil. Alagoas e Rio de Janeiro, por sua vez, são destinos turísticos bem estabelecidos. Outros estados mais dependentes do turismo que a média são Amapá, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia.

Em valores absolutos, São Paulo possui o maior número de estabelecimentos no setor turismo no Brasil, representando 29,4% do total, seguido por Minas Gerais (11,9%) e Rio de Janeiro (9,5%). Juntos, estes três estados concentram mais de 50% dos estabelecimentos no setor.

MAPA 1

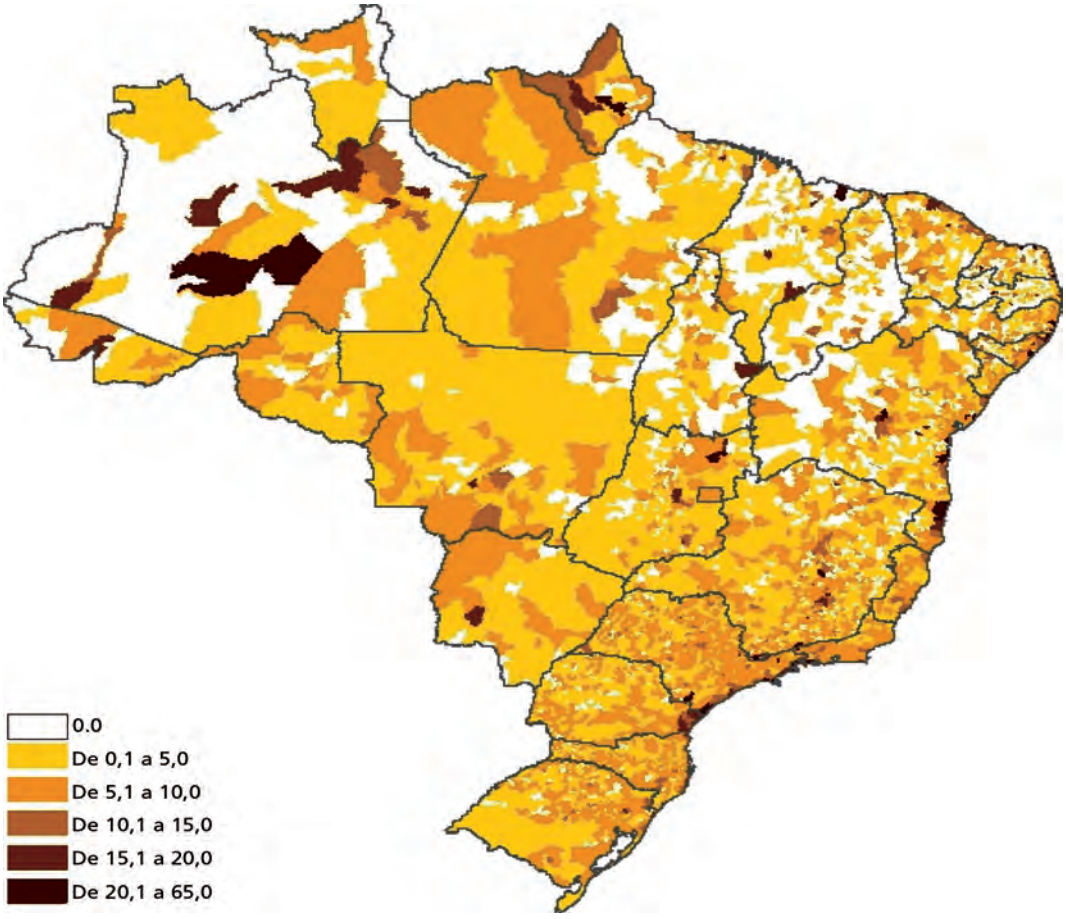
Taxa de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos por UF (2010)

(Em %)



Elaboração da autora.

MAPA 2
Taxa de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos por município (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

O mapa 2 mostra o indicador anterior – taxa de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos – no nível local (municipal). Este mapa evidencia também que muitos municípios do Brasil não têm sequer um estabelecimento formal no setor turismo. A maioria destes municípios está em áreas de cobertura florestal no Norte do Brasil, ou ainda no Nordeste do país. Note-se que isto não implica, necessariamente, que não haja estabelecimentos nas ACTs destas regiões. Os estabelecimentos presentes podem ser informais e consequentemente não captados neste estudo, o que é provável dado o alto grau de informalidade da economia nestas regiões.

Em nível local, o mapa também mostra que valores altos de taxas de dependência do turismo baseada em estabelecimentos estão concentrados em poucos municípios. Estes valores são iguais ou superiores a 20% em apenas 63 dos mais de 5 mil municípios no Brasil. Estes 63 municípios, porém, abrangem apenas 4,8 mil estabelecimentos nas ACTs, o que corresponde a apenas 2,4% dos estabelecimentos do setor no país. Em contrapartida, as capitais dos 27 estados concentram 35,8% dos estabelecimentos no turismo.

Fernando de Noronha, em Pernambuco, é o município mais dependente do turismo com base nessa taxa, sendo 65% dos seus estabelecimentos no setor turismo. Os municípios de Cairu na Bahia (60,4%), Jijoca de Jericoacoara no Ceará (56%), Tibaú do Sul no Rio Grande do Norte (45,6%), Santana do Riacho em Minas Gerais (43,4%), Japaratinga em Alagoas (41,2%) e Lençóis na Bahia (40,8%) aparecem em seguida com taxas de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos acima de 40%.

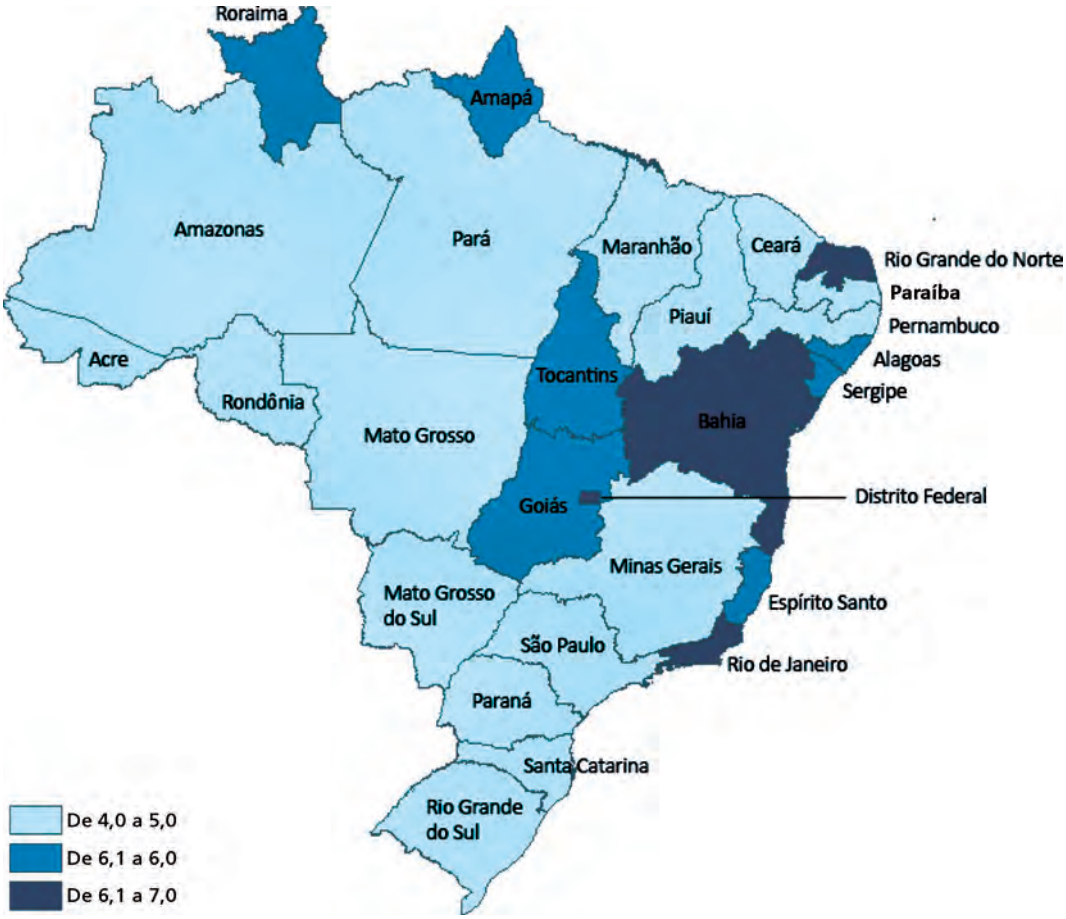
Em valores absolutos, porém, São Paulo se destaca com mais de 18.900 estabelecimentos nas ACTs, seguido por Rio de Janeiro (9.700), Belo Horizonte (5.200) e Brasília (4.600).

6.2 Empregos

O mapa 3 mostra a taxa de dependência no turismo baseada no número de empregos nas ACTs, em 2010, por estado. Esta taxa é mais uniformemente distribuída no espaço que a baseada em número de estabelecimentos. Distrito Federal (7,0%), Rio de Janeiro (6,8%), Rio Grande do Norte (6,7%) e Bahia (6,0%) apresentam os valores mais altos frente à média de 5,0% no país. Nestas UFs, o turismo é particularmente importante na geração de emprego. Contudo, conforme apontado anteriormente, os valores do Distrito Federal podem ser superestimados, devido à forte presença do setor público na região.

Em valores absolutos, São Paulo (30,5%), Rio de Janeiro (13,0%) e Minas Gerais (10,4%) concentram juntos 53,9% do emprego nas ACTs, contra 2,7% no Distrito Federal, 1,5% no Rio Grande do Norte e 5,3% na Bahia.

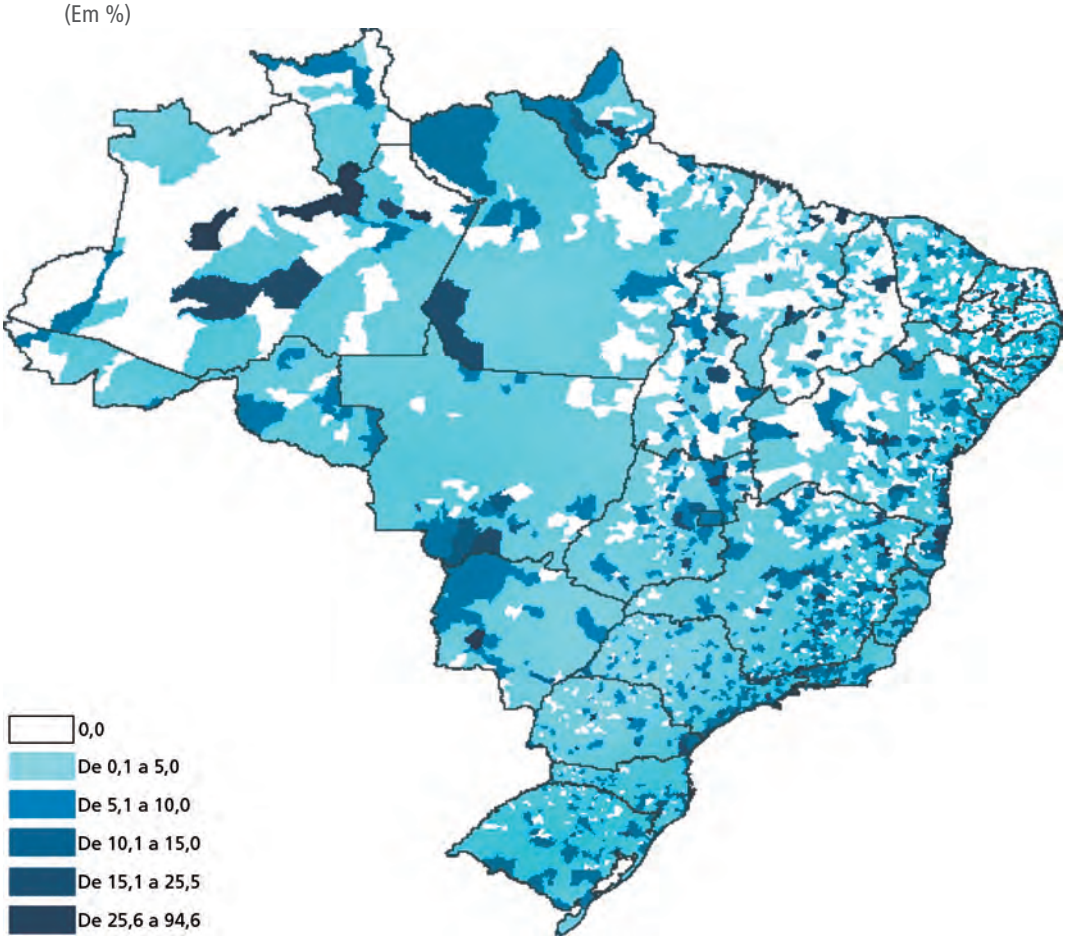
MAPA 3
Taxa de dependência do turismo baseada em número de empregos por UF (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

O mapa 4 mostra o mesmo indicador – taxa de dependência do turismo baseada em número de empregos – em nível local (municipal). Assim como no mapa de TDT baseado em estabelecimentos, o mapa de TDT baseado em empregos indica que muitos municípios do Brasil não possuem emprego nas ACTs. Novamente, isto ocorre principalmente no Norte e no Nordeste do Brasil, onde pode haver trabalhadores informais no setor não captados pelo banco de dados utilizado.

MAPA 4
Taxa de dependência do turismo baseada em número de empregos por município (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

Em nível local, o mapa também mostra que há muitos (128) municípios espalhados por todo o território, em que a taxa de dependência do turismo baseada em empregos é igual ou superior a 20%. Em 24 municípios, as ACTs concentram 50% ou mais do emprego na economia. Estes municípios podem ser divididos em dois grupos: economias muito rudimentares, com não mais de 45 postos de trabalho na economia (treze dos 24 municípios) e municípios com atividades de turismo bem estabelecidas e classificadas pelo Ministério do Turismo como destinos turísticos indutores (onze dos 24 casos). Exemplos do segundo grupo são Jijoca de Jericoacoara (TDT empregos de 71,2%), Rio Quente (63,6%) e Fernando de Noronha (61,2%).

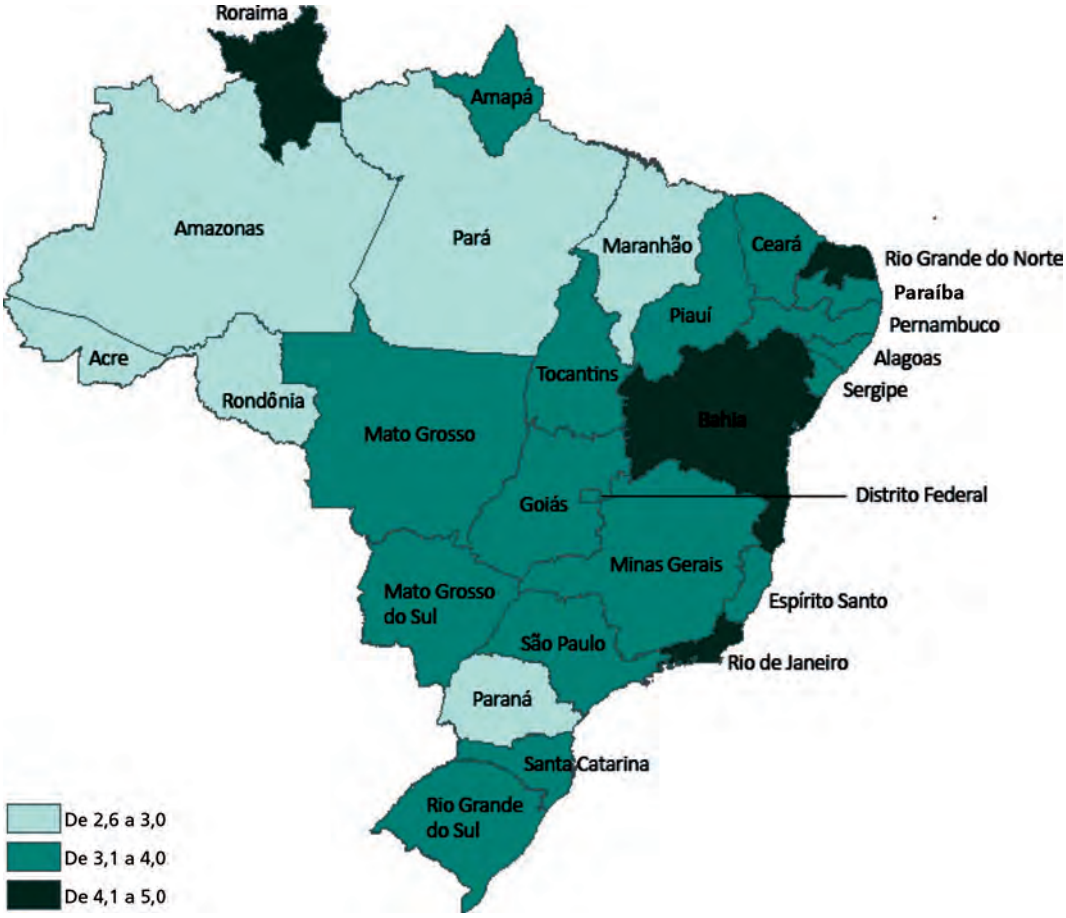
Em valores absolutos, as capitais dos 27 estados concentram 46,6% do emprego nas ACTs.

6.3 Massa salarial

O mapa 5 mostra a taxa de dependência do turismo baseada na massa salarial por UF para 2010. Em geral, este mapa evidencia que a importância do setor turismo na geração da massa salarial é maior nos estados do litoral, diminuindo nos estados mais a oeste do Brasil. A TDT baseada na massa salarial é maior no Rio Grande do Norte (4,8%), Roraima (4,5%), Bahia (4,2%) e Rio de Janeiro (4,1%) e menor no Amazonas (2,6%), Acre (2,7%) e Rondônia (2,8%).

Em valores absolutos, o padrão é semelhante ao da distribuição de estabelecimentos e empregos, com São Paulo (60,8%), Rio de Janeiro (39,3%) e Minas Gerais (8,7%) sendo responsáveis pela geração de 80,8% da massa salarial total nas ACTs no país.

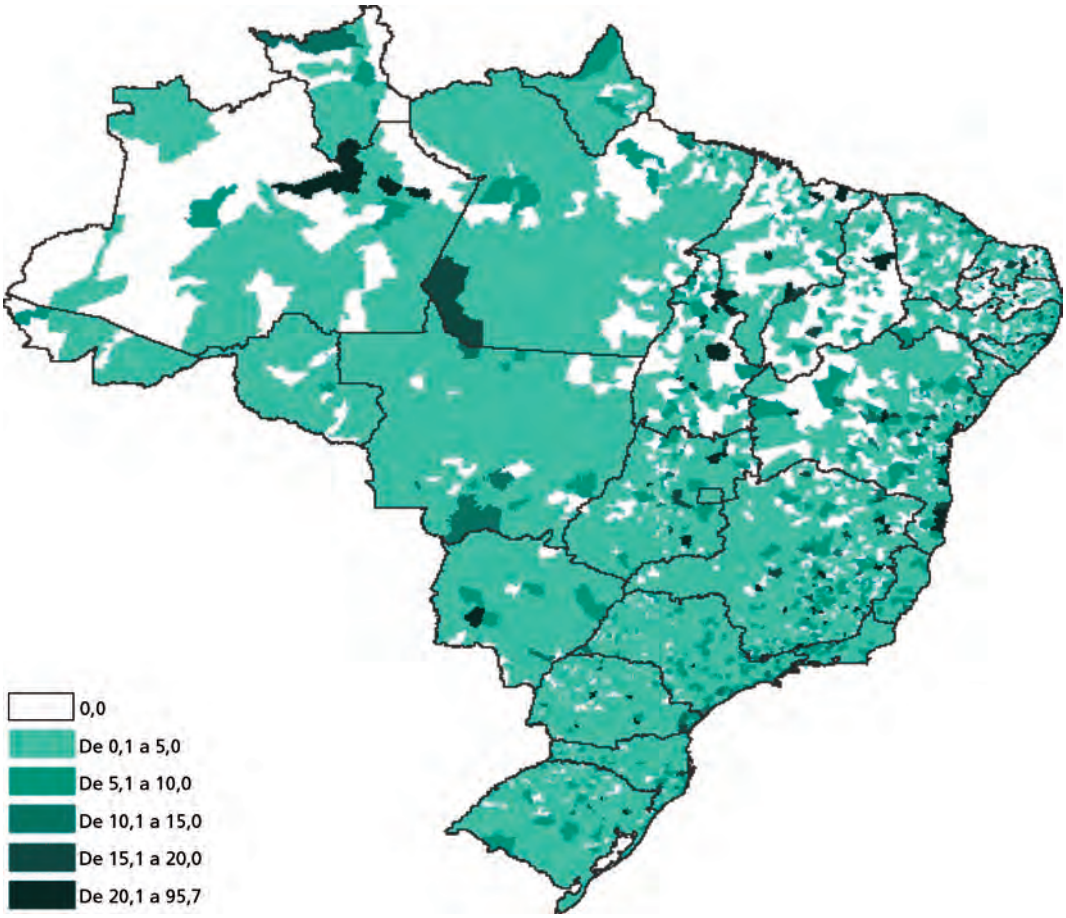
MAPA 5
Taxa de dependência do turismo baseada em massa salarial por UF (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

O mapa 6 mostra a taxa de dependência do turismo baseada na massa salarial de 2010 em nível local (municipal). Ele também indica que valores mais altos da TDT baseada na massa salarial estão concentrados em poucos municípios, muitos deles no litoral da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Valores iguais ou superiores a 20% aparecem em 101 dos mais de 5 mil municípios no Brasil, e valores iguais ou superiores a 50% ocorrem em apenas 22 municípios. Estes, no entanto, respondem por apenas 0,95% do total da massa salarial nas ACTs. Trata-se de economias muito pequenas e simples ou de municípios indutores do turismo. Em contrapartida, as capitais dos 27 estados do país concentram 52,0% da massa salarial do setor turismo.

MAPA 6
Taxa de dependência do turismo baseada em massa salarial por município (2010)
(Em %)

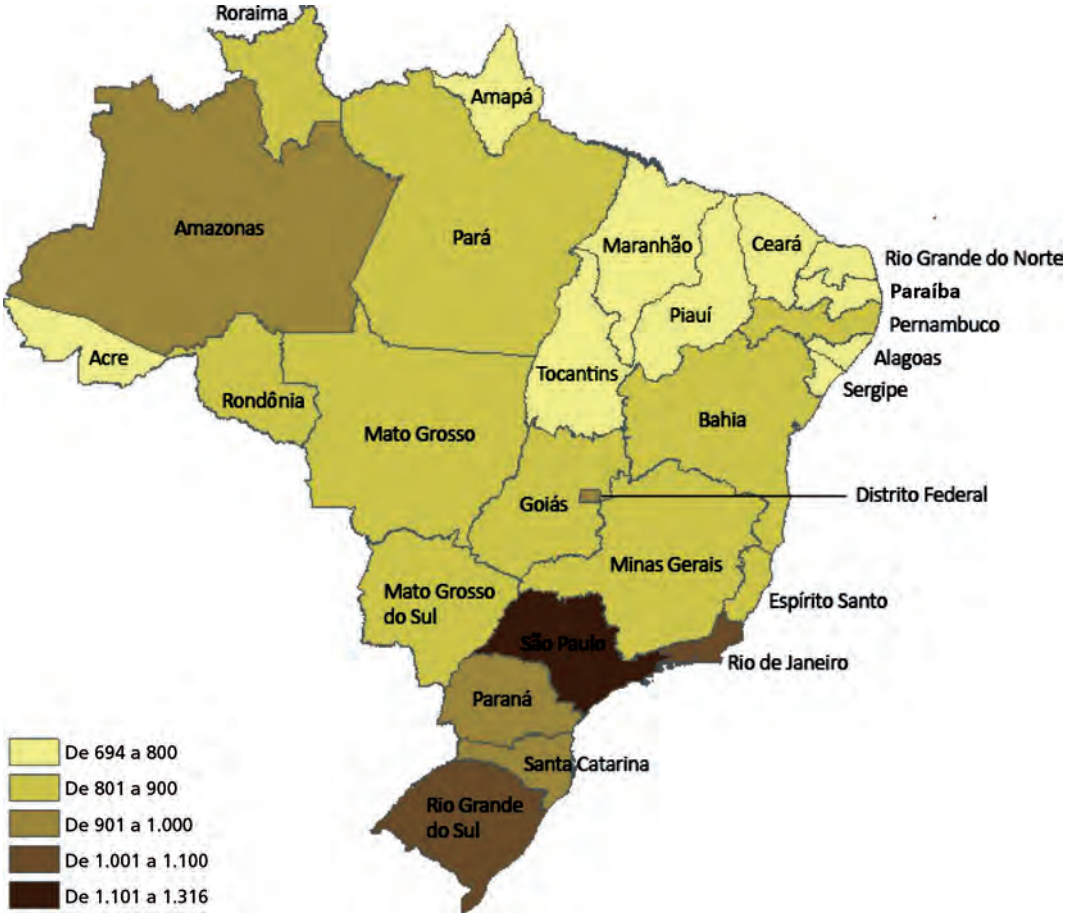


Elaboração da autora.

6.4 Remuneração média

O mapa 7 mostra a remuneração média nas ACTs por UF em 2010. Ele evidencia que a remuneração média no setor é mais baixa no Nordeste do Brasil e maior nos estados mais ao Sudeste e Sul. São Paulo apresenta, de longe, a mais alta remuneração média (R$ 1.316), seguido por Rio Grande do Sul (R$ 1.037) e Rio de Janeiro (R$ 1.006). Em contraste, Paraíba (R$ 694), Piauí (R$ 717) e Acre (R$ 725) possuem a remuneração média mais baixa no setor turismo.

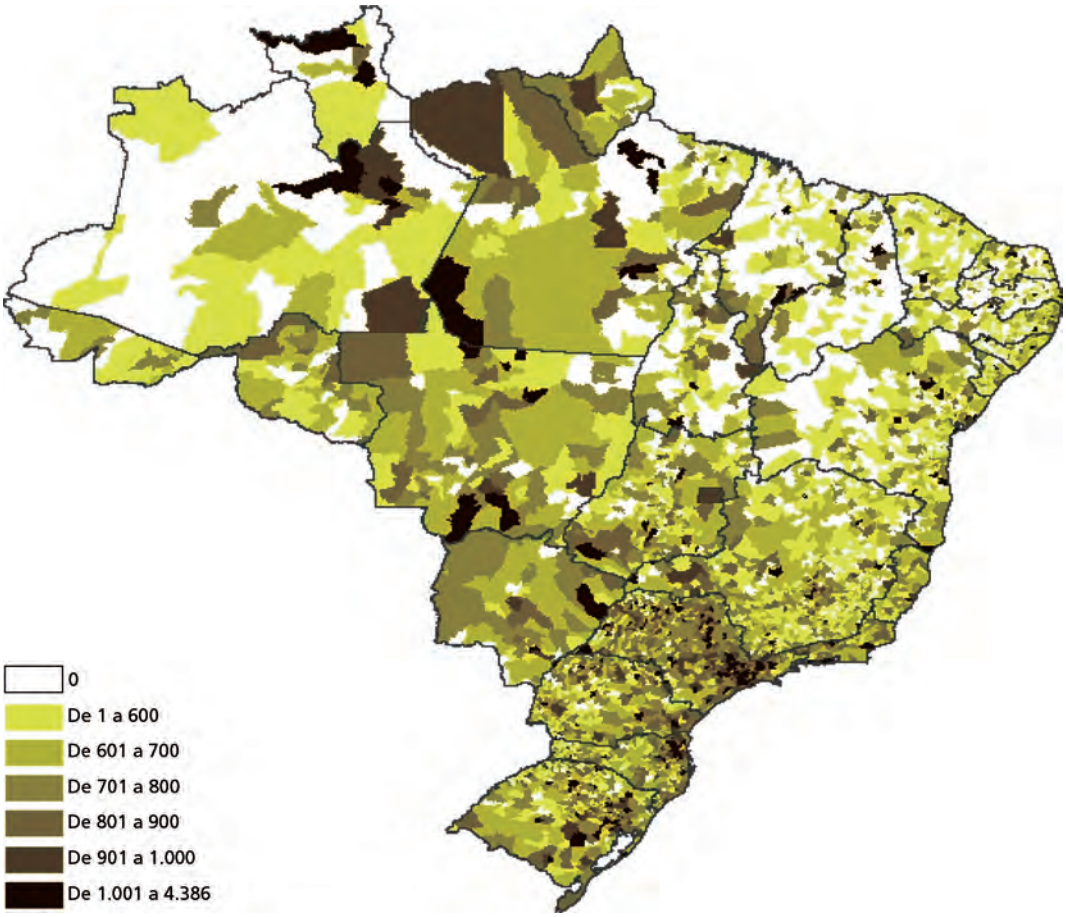
MAPA 7
Remuneração média nas ACTs por UF (2010)
(Em R$)



Elaboração da autora.

O mapa 8 apresenta a remuneração média nas ACTs em nível local (municipal). Este mapa mostra que, em diversos municípios, a remuneração média no turismo é inferior a R$ 600, valor apenas um pouco superior ao salário mínimo (SM) da época de R$ 510. Também se nota que valores mais altos de remuneração média estão concentrados em poucos municípios no Brasil. Entre os 5.565 municípios do país, apenas 41 apresentam remuneração média no turismo superior a 2,5 SMs (R$ 1.275).

MAPA 8
Remuneração média nas ACTs por município (2010)
(Em R$)

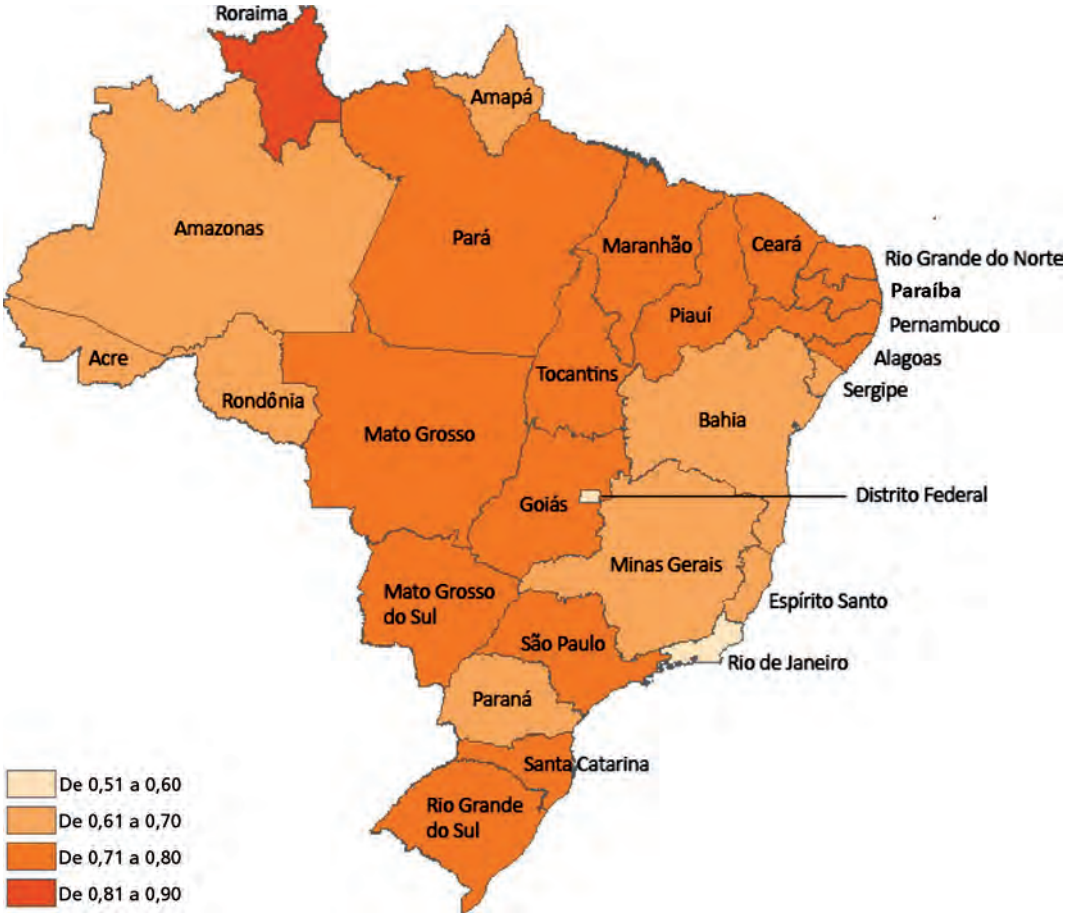


Elaboração da autora.

6.5 Razão entre a remuneração média no turismo e na economia

O mapa 9 mostra a razão entre a remuneração média nas ACTs e na economia em 2010, por UF. Em todas as UFs, a remuneração média no turismo é mais baixa que no conjunto da economia. No Distrito Federal e no Rio de Janeiro, esta razão atinge seus valores mais baixos. Nestas UFs, a remuneração média no turismo corresponde a 51% e 60%, respectivamente, da remuneração média na economia em geral. Em contraste, estas são as UFs em que a taxa de dependência no turismo baseada em emprego apresenta os valores mais elevados. Roraima (80%) e Ceará (78%) apresentam as maiores razões entre remuneração média no turismo e na economia.

MAPA 9
Razão entre a remuneração média nas ACTs e na economia, por UF (2010)

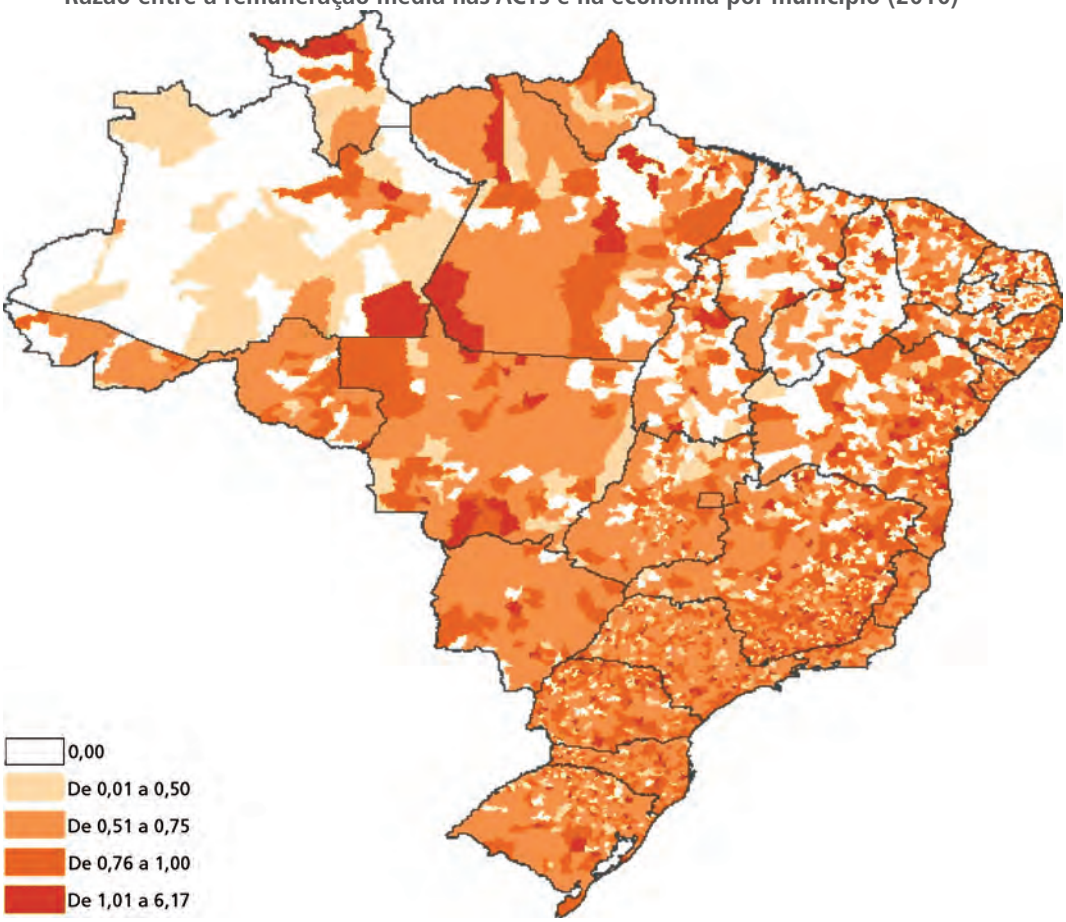


Elaboração da autora.

O mapa 10 retrata o mesmo indicador – razão entre a remuneração média nas ACTs e na economia em geral, em nível local (municipal), com dados de 2010. Este mapa indica que, embora a remuneração média no turismo seja mais baixa que na média da economia em todas as UFs, em 338 municípios do Brasil, este resultado se inverte. Em 215 deles, a remuneração média no turismo é pelo menos 10% superior à da economia em geral.

MAPA 10

Razão entre a remuneração média nas ACTs e na economia por município (2010)



Elaboração da autora.

6.6 Estudo de caso: Brasil, Bahia, municípios turísticos da Bahia e Porto Seguro

Devido ao número elevado de municípios no Brasil e à sua heterogeneidade em termos de tamanho, mapas em nível local podem ser difíceis de ler e interpretar. Esta seção apresenta mapas para o estado da Bahia no nível municipal e compara os dados de nível local com os de níveis nacional, regional e para um grupo de municípios no qual o turismo é

mais relevante. Este grupo é composto por municípios em que a taxa de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos, empregos ou massa salarial é igual ou superior a 20%, e será denominado "municípios turísticos". As tabelas são apresentadas para o Brasil, a Bahia, os municípios turísticos da Bahia e de Porto Seguro.[6]

6.6.1 Estatísticas gerais

Conforme a tabela 3, enquanto a taxa de dependência do turismo baseada em estabelecimento é de 6,6% no Brasil; na Bahia, este valor é de 7,1% e, nos municípios turísticos do estado, consideravelmente maior (25,2%). Há apenas oito municípios em que a TDT baseada em estabelecimentos é igual ou superior a 20%: Cairu (60,4%), Lençóis (40,9%), Itacaré (30,8%), Maraú (29,2%), Porto Seguro (26,9%), Mata de São João (24,9%), Santa Cruz Cabrália (20,1%) e Prado (20,0%).

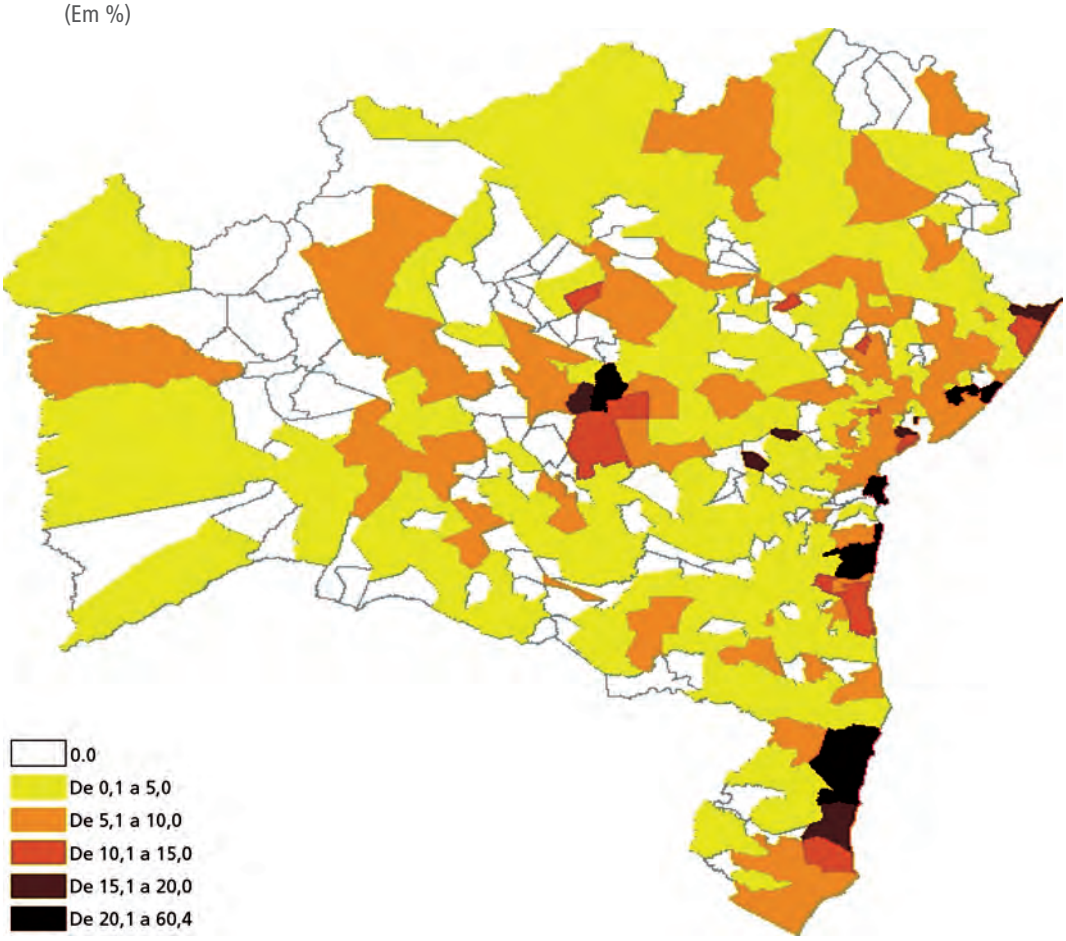
TABELA 3
Estatísticas gerais do turismo em diferentes níveis geográficos (2010)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Número de empregos					
ACTs	('000)	1.725,3	92,1	15,8	6,8
Economia	('000)	34.725,2	1.523,9	38,4	17,2
Número de estabelecimentos					
ACTs	('000)	197,6	9,8	1,3	0,6
Economia	('000)	2.983,9	138,8	5,1	2,3
Massa salarial					
ACTs	R$ milhões	1.758,9	76,0	14,2	5,3
Economia	R$ milhões	50.839,5	1.819,5	33,0	13,8
Remuneração média					
ACTs	R$	1.019	825	895	779
Economia	R$	1.464	1.194	860	804
Taxa de dependência do turismo – baseada em:					
Número de empregos nas ACTs	%	5,0	6,0	41,2	39,5
Número de estabelecimentos	%	6,6	7,1	25,2	26,9
Massa salarial	%	3,5	4,2	42,8	38,3
Razão entre remuneração média nas ACTs e na economia					
Remuneração média nas ACTs/ Remuneração média na economia	Razão	0,70	0,69	1,04	0,97

Fonte: Brasil (2010); Ipea (2006).

6. A escolha do município de Porto Seguro foi aleatória e teve como objetivo ilustrar a análise feita em diferentes níveis geográficos: nacional, estadual, grupo de municípios turístico e municipal.

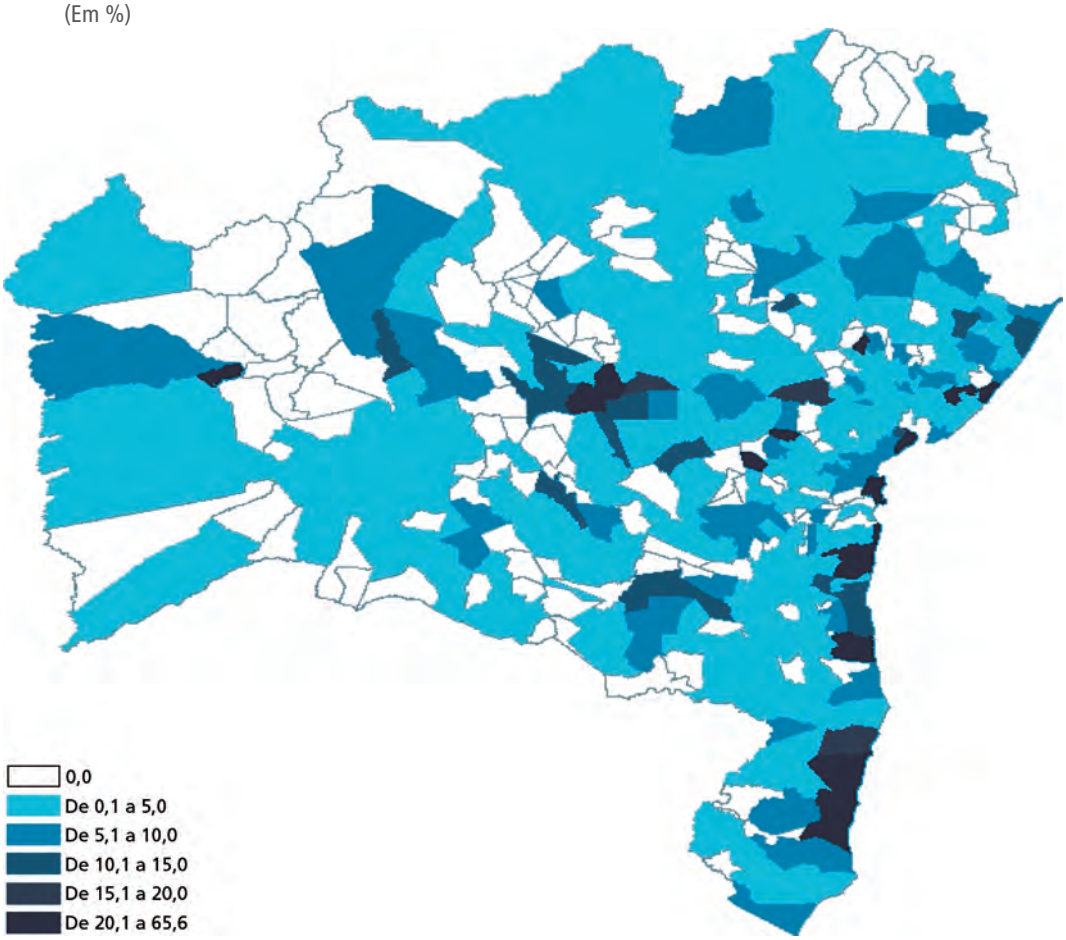
MAPA 11
Taxa de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos por município – Bahia (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

A taxa de dependência no turismo baseada em empregos nas ACTs também é mais elevada na Bahia (6,0%) que no Brasil (5,0%), atingindo 41,2% nos municípios turísticos do estado. Em quatro municípios, mais de 40% dos empregos estão nas ACTs. São eles Cairu (65,6%), Mata de São João (58,6%), Lençóis (58,1%) e Itacaré (43,6%). Em Porto Seguro, a TDT baseada no emprego nas ACTs é de 39,5%.

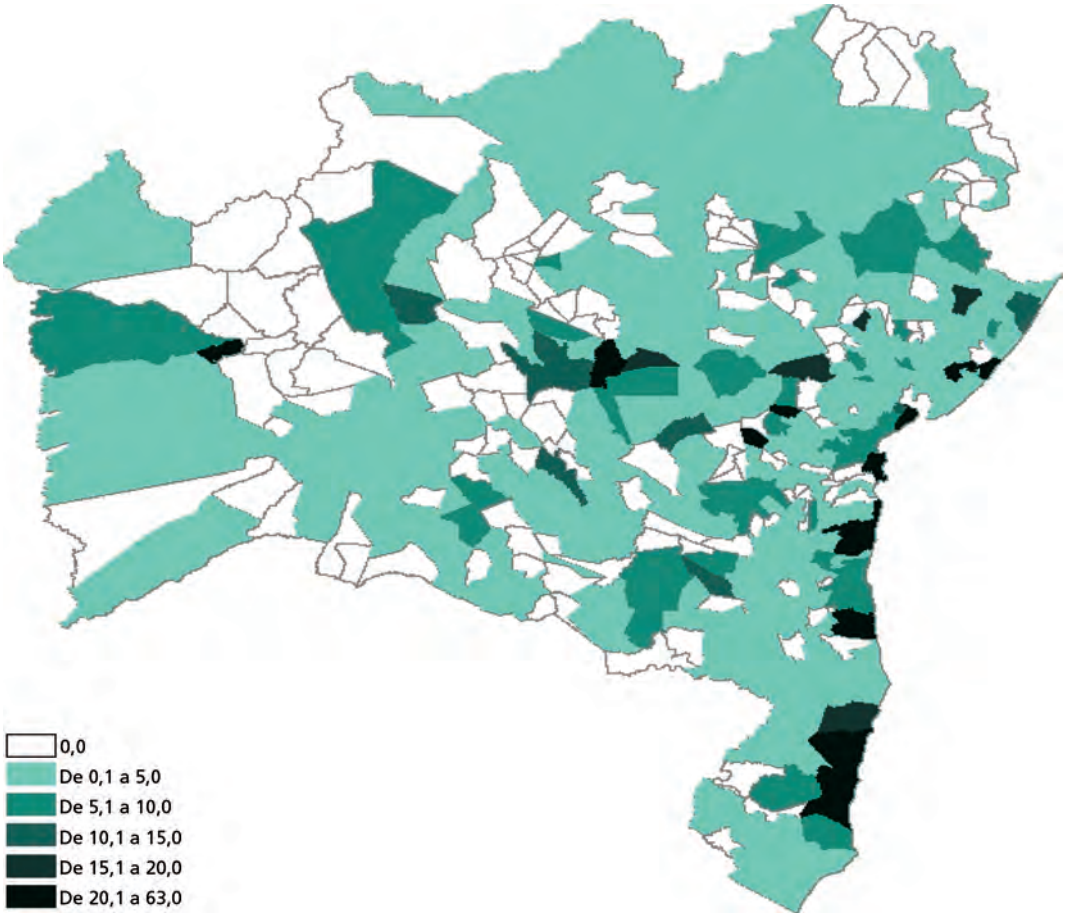
MAPA 12
Taxa de dependência do turismo baseada em empregos por município – Bahia (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

A taxa de dependência do turismo baseada na massa salarial segue um padrão semelhante, sendo 3,5% no Brasil, 4,2% na Bahia e muito mais elevado (42,8%) nos municípios turísticos do estado. Cairu (63,0%), Mata de São João (59,2%), Itacaré (45,4%) e Lençóis (44,9%) destacam-se como os municípios em que as ACTs são mais relevantes para a massa salarial. Em Porto Seguro, a TDT baseada na massa salarial é de 38,3%.

MAPA 13
Taxa de dependência do turismo baseada em massa salarial – Bahia (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

A remuneração média nas ACTs é menor que na economia em geral no Brasil, na Bahia e em Porto Seguro. Nos municípios turísticos da Bahia, no entanto, o setor turismo apresenta remuneração média 4% maior que na média da economia. A remuneração média do turismo é menor na Bahia (R$ 825) que no Brasil (R$ 1.019). Na Bahia, os municípios com remuneração média mais alta nas ACTs são Maiquinique (R$ 1.440), Una (R$ 1.343), Mucuri (R$ 1.148) e Mata de São João (R$ 1.109). Em Porto Seguro, este valor é de R$ 779, ou seja, 5,5% menor que a média do estado.

7 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREGADOS NAS ACTs

7.1 Gênero

Conforme a tabela 4, as ACTs no Brasil empregam ligeiramente mais homens (52,8%) que mulheres (48,2%). O turismo oferece relativamente mais oportunidades a trabalhadores do sexo feminino que a economia em geral, considerando que 62,6% do total de postos de trabalho na economia são ocupados por homens. Este padrão também ocorre nos outros níveis geográficos considerados – Bahia, Porto Seguro e municípios turísticos. Em todos eles, a porcentagem de empregos nas ACTs ocupada por homens é maior que a média do Brasil: 56,2% na Bahia, 58,2% em municípios turísticos do estado e 57,6% em Porto Seguro.

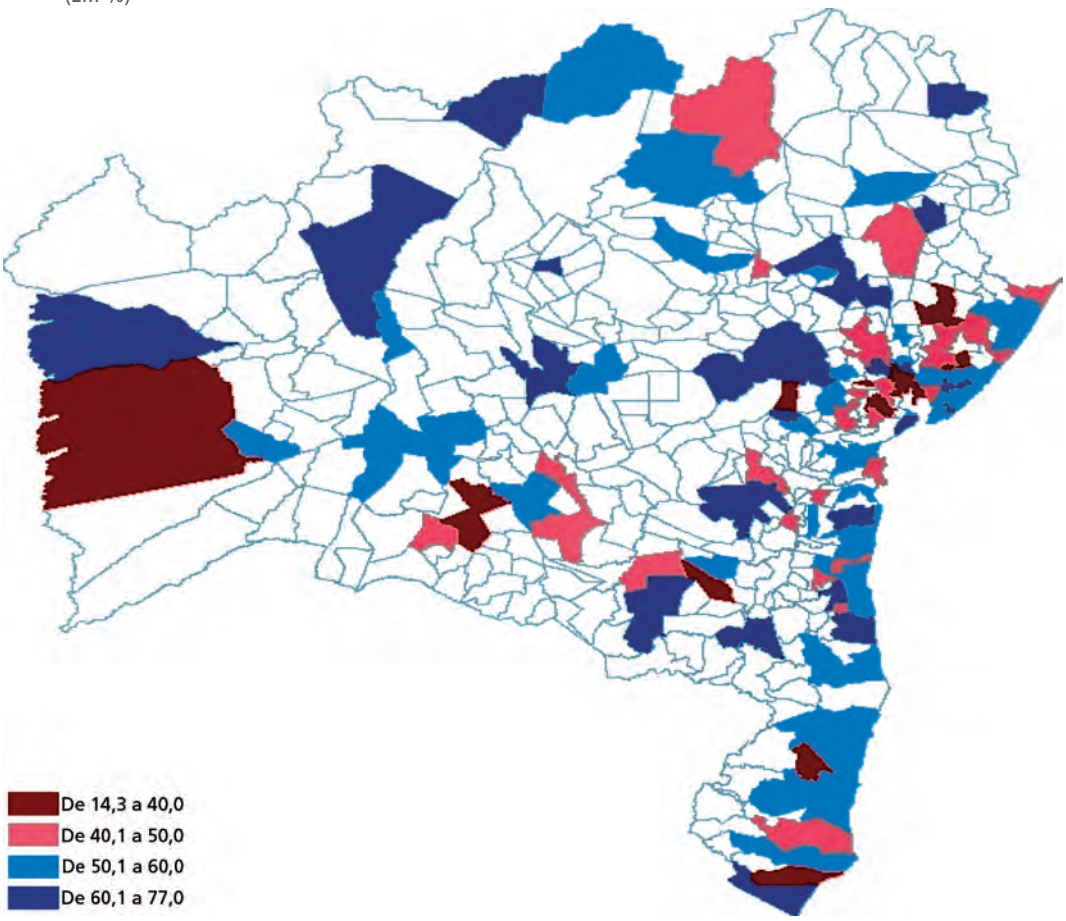
TABELA 4
Características dos empregados por gênero (2010)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Número de empregos					
ACTs					
Homens	('000)	910,2	51,7	9,2	3,9
Mulheres	('000)	815,1	40,4	6,6	2,9
Economia					
Homens	('000)	21.748,3	1.002,8	24,9	10,8
Mulheres	('000)	12.976,9	521,1	13,5	6,4
Distribuição de empregados por gênero					
ACTs	%	52,8	56,2	58,2	57,6
Economia	%	62,6	65,8	64,9	63,0
Massa salarial					
ACTs					
Homens	R$ milhões	1.063,9	47,2	8,9	3,2
Mulheres	R$ milhões	695,0	28,8	5,3	2,1
Economia					
Homens	R$ milhões	34.812,7	1.280,4	22,4	8,9
Mulheres	R$ milhões	16.026,7	539,1	10,7	4,9
Remuneração média					
ACTs					
Homens	R$	1.169	912	962	820
Mulheres	R$	853	713	802	723
Economia					
Homens	R$	1.601	1.277	898	824
Mulheres	R$	1.235	1.034	791	769
Remuneração média homens/mulheres					
ACTs	Razão	1,37	1,28	1,20	1,13
Economia	Razão	1,30	1,23	1,14	1,07

Fonte: Brasil (2010); Ipea (2006).

O mapa 14 mostra a porcentagem de empregos nas ACTs ocupada por homens nos municípios baianos. Só foram representados os municípios em que havia ao menos trinta empregos no setor, de modo a evitar viés por falta de observações. Este mapa mostra que na maioria dos municípios há predominância de homens, apesar de haver municípios em que a porcentagem de mulheres é maior. Este é o caso de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, onde 71,1% dos postos de trabalho nas ACTs são ocupados por mulheres.

MAPA 14
Empregos nas ACTs ocupados por homens – Bahia (2010)
(Em %)



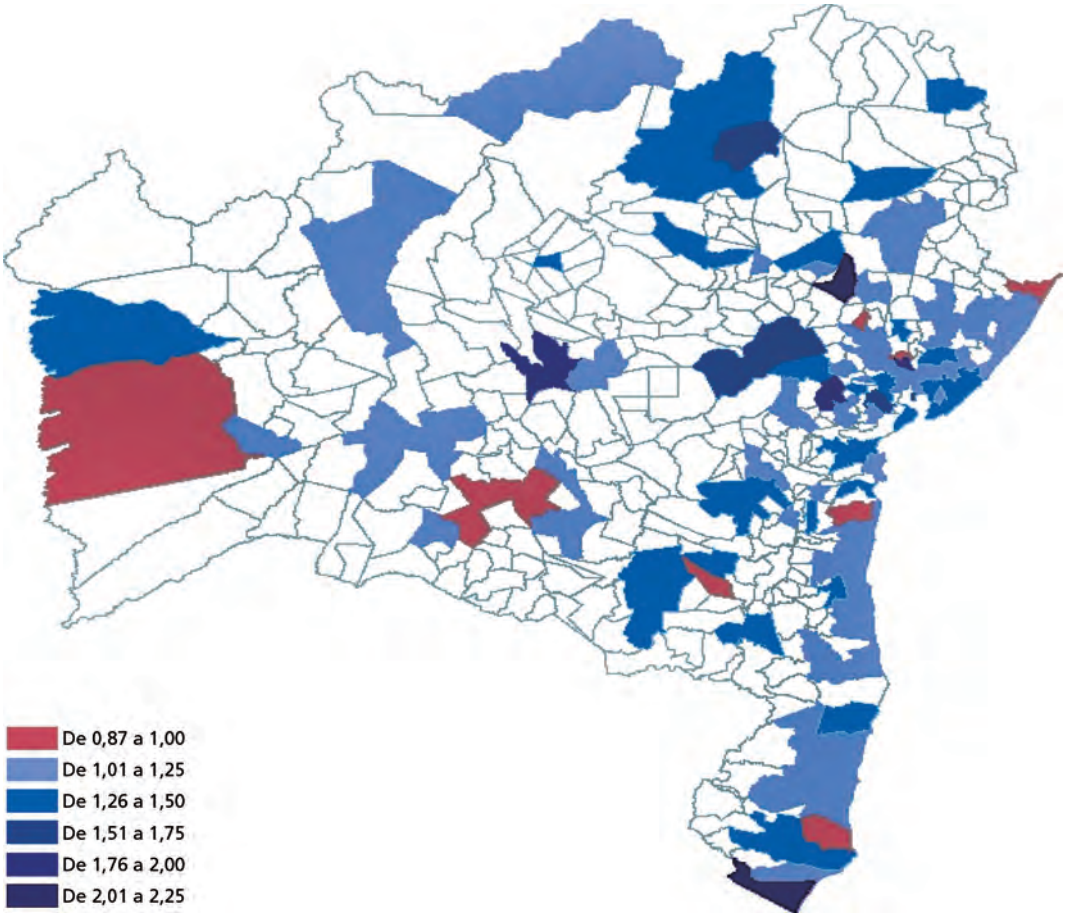
Elaboração da autora.

A tabela 4 também mostra que a remuneração média dos homens é maior que a das mulheres tanto nas ACTs, quanto na média da economia, em todos os níveis geográficos considerados. No Brasil, a remuneração média dos homens no turismo é 37%

superior à das mulheres. Esta diferença é maior que na economia, em que o rendimento médio dos homens é 30% maior que o das mulheres. Na Bahia, a disparidade de remuneração média entre homens e mulheres não é tão alta quanto no Brasil. Trabalhadores do sexo masculino no setor turismo ganham em média 28% mais que trabalhadores do sexo feminino. Esta diferença de remuneração por gênero é ainda menor nos municípios turísticos da Bahia (20%) e em Porto Seguro (13%).

O mapa 15 mostra que apesar de a remuneração média dos homens nas ACTs ser superior à das mulheres na maioria dos municípios da Bahia, em trinta deles, a situação é invertida. É o caso, por exemplo, de Irajuba, Dário Meira, Tanhagu, Araçás, Guaratinga e Serra do Ramalho.

MAPA 15
Razão entre a remuneração média dos homens e das mulheres nas ACTs – Bahia (2010)



Elaboração da autora.

7.2 Escolaridade

A tabela 5 mostra que o grau de escolaridade mais alto alcançado pela maioria (56,7%) dos trabalhadores no Brasil é o nível médio, seguido pelo fundamental II – equivalente ao 9º ano completo (22,9%) –, superior (11,3%) e fundamental I (5º ano completo) ou inferior (9,1%). Este padrão é semelhante nas ACTs, com duas diferenças principais: a porcentagem de trabalhadores que concluíram o nível superior (5,4%) e a porcentagem de trabalhadores com escolaridade fundamental I ou inferior (7,0%) são menores que na média da economia.

Na Bahia, a porcentagem de trabalhadores nas ACTs com educação superior (3,4%) é ainda menor que ACTs no Brasil (5,4%). Nas cidades turísticas da Bahia, por sua vez, essa porcentagem é um pouco maior (4,3%). A despeito de sua orientação turística, Porto Seguro possui o pior desempenho em educação entre os quatro níveis de comparação (nacional, Bahia, Porto Seguro e municípios turísticos), com apenas 3,1% dos trabalhadores com ensino superior e 36,8% dos trabalhadores com não mais que ensino fundamental II. Isto reflete na remuneração média mais baixa no município apontada na tabela 3.

TABELA 5
Características dos empregados por nível de escolaridade – máximo nível de escolaridade alcançado (2010)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Número de empregos					
ACTs					
Fundamental I ou inferior	('000)	121,5	5,5	1,0	0,3
Fundamental II	('000)	496,2	20,4	4,4	2,5
Médio	('000)	1.014,6	63,1	9,7	3,7
Superior	('000)	93,0	3,1	0,7	0,2
Economia					
Fundamental I ou inferior	('000)	3.175,1	148,8	4,9	1,4
Fundamental II	('000)	7.965,7	279,9	9,7	5,2
Médio	('000)	19.672,8	975,3	22,3	10,0
Superior	('000)	3.911,7	120,0	1,5	0,6
ACTs					
Fundamental I ou inferior	%	7,0	6,0	6,6	5,1
Fundamental II	%	28,8	22,1	28,0	36,8
Médio	%	58,8	68,5	61,2	55,0
Superior	%	5,4	3,4	4,3	3,1

(Continua)

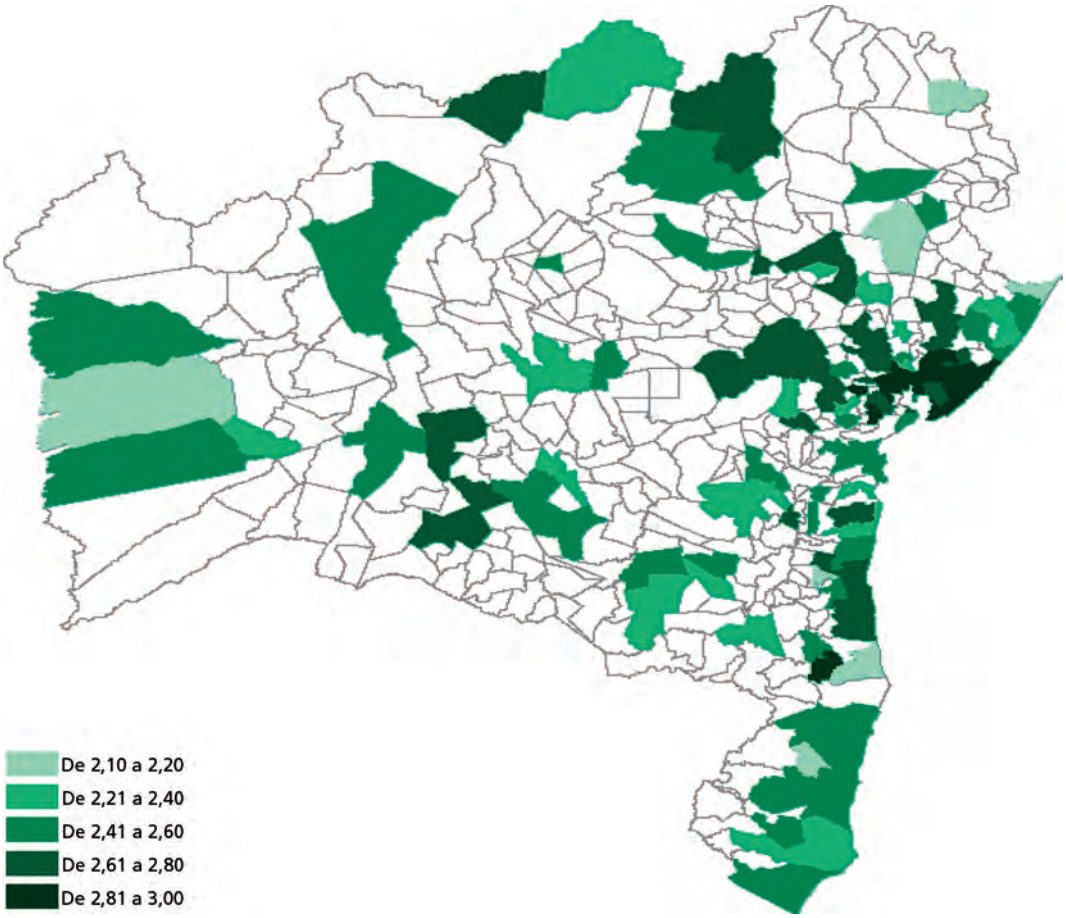
(Continuação)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Economia					
Fundamental I ou inferior	%	9,1	9,8	12,7	8,2
Fundamental II	%	22,9	18,4	25,3	30,0
Médio	%	56,7	64,0	58,1	58,5
Superior	%	11,3	7,9	3,9	3,3
Massa salarial					
ACTs					
Fundamental I ou inferior	R$ milhões	99,9	3,8	0,7	0,2
Fundamental II	R$ milhões	410,8	15,1	3,2	1,7
Médio	R$ milhões	954,9	50,5	8,6	3,0
Superior	R$ milhões	293,3	6,5	1,6	0,3
Economia					
Fundamental I ou inferior	R$ milhões	2.939,7	113,6	3,3	1,0
Fundamental II	R$ milhões	7.890,6	234,1	7,1	3,7
Médio	R$ milhões	24.385,0	1.047,0	18,8	8,0
Superior	R$ milhões	15.624,1	424,7	3,8	1,1
Remuneração média					
ACTs					
Fundamental I ou inferior	R$	823	684	718	686
Fundamental II	R$	828	742	727	695
Médio	R$	941	801	890	797
Superior	R$	3.156	2.076	2.352	1.623
Economia					
Fundamental I ou inferior	R$	926	764	685	694
Fundamental II	R$	991	837	725	715
Médio	R$	1.240	1.074	842	801
Superior	R$	3.994	3.541	2.587	1.935

Fonte: Brasil (2010); Ipea (2006).

O mapa 16 mostra o índice de escolaridade nas ACTs, elaborado pelo Ipea como indicador do grau de instrução dos trabalhadores no setor. O índice é construído por meio da soma do número de trabalhadores em cada categoria de escolaridade (fundamental I ou inferior, fundamental II, médio e superior) multiplicado pelos fatores 1, 2, 3 e 4, respectivamente, e pela divisão desta soma pelo número total de trabalhadores. O índice vai de *1* a *4*, sendo que *1* significa que todos os trabalhadores estão na primeira categoria de escolaridade (fundamental I ou abaixo), e *4* indica que todos os trabalhadores concluíram o ensino superior.

MAPA 16
Índice de escolaridade – Bahia (2010)



Elaboração da autora.

O mapa 16 mostra que todos os municípios considerados possuem índice de escolaridade entre 2,10 e 3,00, com valores maiores nos arredores da capital Salvador. Os municípios examinados são aqueles em que havia pelo menos trinta empregos nas ACTs. Entre eles, os que apresentaram índices de escolaridade mais altos foram São Sebastião do Passé (2,96), Lauro de Freitas (2,96), Dias d'Ávila (2,91), Camaçari (2,88), Santo Amaro (2,86), Catu (2,85), Cruz das Almas (2,85), São Francisco do Conde (2,83), Nazaré (2,8), Mata de são João (2,82) e Salvador (2,82).

A tabela 5 mostra que, conforme esperado, a remuneração média varia de acordo com o nível de escolaridade em todos os níveis geográficos apresentados. Na economia, no Brasil, a remuneração média dos empregados com nível médio é 25,1% maior que a dos empregados com nível fundamental II. No turismo, a remuneração dos trabalhadores com nível médio é apenas 13,7% maior que a dos com nível fundamental II. A maior mudança de remuneração, contudo, ocorre do nível médio para o superior. A remuneração média dos que completaram nível superior é 222,2% maior que a para os que completaram apenas nível médio no conjunto da economia. Nas ACTs, este valor é de 235,3%.

7.3 Faixa etária

A tabela 6 mostra que as ACTs oferecem muitas oportunidades de emprego para jovens com menos de 24 anos. Eles representam 17,9% dos empregados na economia; em comparação, no setor turismo, esta porcentagem chega a 24,4%. Por sua vez, as ACTs oferecem relativamente menos oportunidades de emprego para pessoas com mais de 49 anos que a economia em geral. Enquanto os trabalhadores com mais de 49 são responsáveis por 12,8% dos postos de trabalho na economia, eles ocupam apenas 10,5% dos empregos no turismo.

Em comparação com o Brasil, a Bahia possui menos trabalhadores com menos de 24 anos ou mais que 49 anos nas ACTs. Isto também acontece nos municípios turísticos do estado e em Porto Seguro, onde mais de 70% dos trabalhadores têm entre 25 e 49 anos.

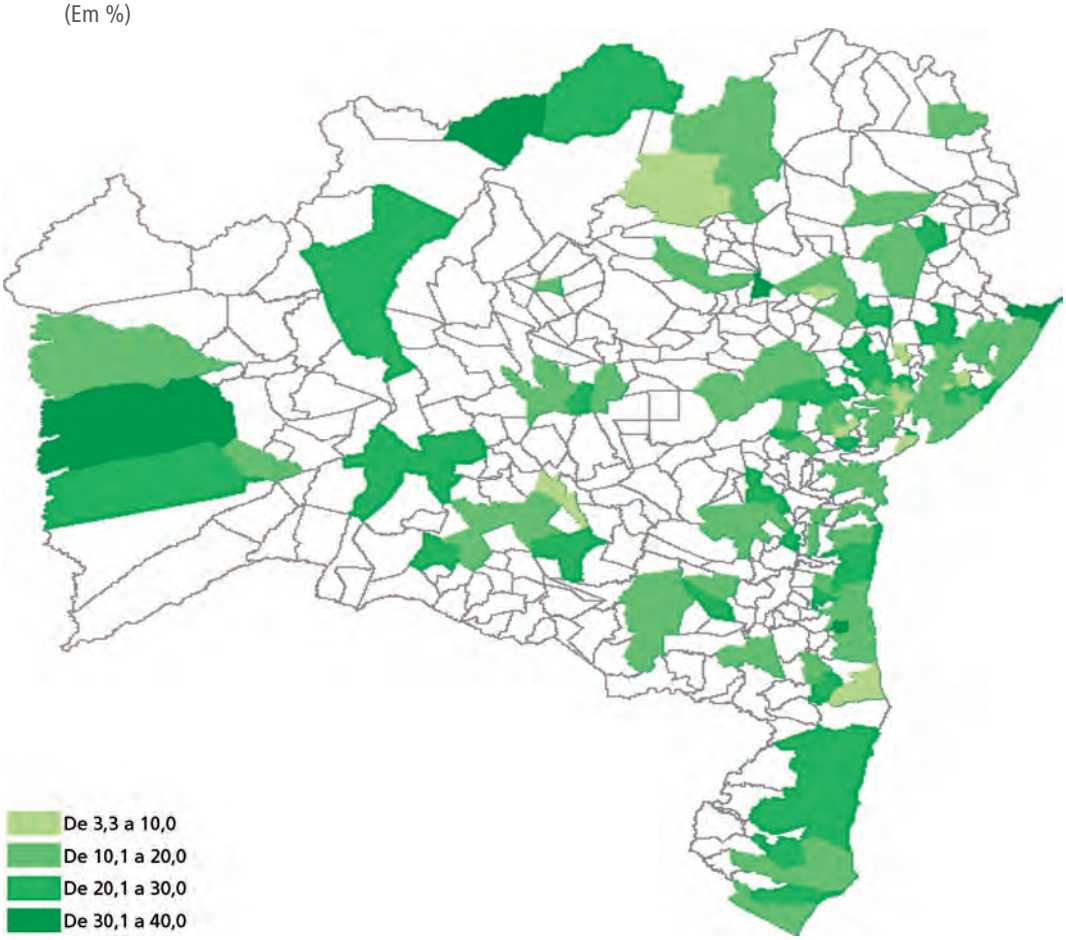
O mapa 17 mostra a porcentagem de trabalhadores no turismo com menos de 24 anos nos municípios da Bahia. Estes contam com pelo menos trinta empregos no setor. Na maioria destes municípios, entre 10% e 20% dos postos de trabalho no turismo, são ocupados por trabalhadores com menos de 24 anos. Contudo, em 44 municípios do estado, mais de 30% dos trabalhadores têm menos de 24 anos. Nestes municípios, o setor turismo é incipiente, com média de apenas quatorze trabalhadores nas ACTs.

TABELA 6
Características dos empregados por idade (2010)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Número de empregos					
ACTs					
Até 24 anos	('000)	421,6	17,8	3,3	1,5
Entre 25 e 49 anos	('000)	1.123,3	66,5	11,6	4,9
Mais de 49 anos	('000)	180,3	7,8	0,9	0,4
Economia					
Até 24 anos	('000)	7.265,4	274,4	8,2	4,0
Entre 25 e 49 anos	('000)	23.545,8	1.096,7	27,3	12,1
Mais de 49 anos	('000)	3.914,1	152,8	2,9	1,2
ACTs					
Até 24 anos	%	24,4	19,3	20,8	21,6
Entre 25 e 49 anos	%	65,1	72,2	73,5	72,3
Mais de 49 anos	%	10,5	8,5	5,7	6,1
Economia					
Até 24 anos	%	17,9	14,8	15,7	17,6
Entre 25 e 49 anos	%	69,3	74,7	76,9	74,5
Mais de 49 anos	%	12,8	10,5	7,4	7,9
Massa salarial					
ACTs					
Até 24 anos	R$milhões	315,6	11,3	2,2	0,9
Entre 25 e 49 anos	R$milhões	1.218,3	56,7	10,9	3,9
Mais de 49 anos	R$milhões	225,0	8,0	1,0	0,4
Economia					
Até 24 anos	R$milhões	6.510,3	203,3	5,4	2,6
Entre 25 e 49 anos	R$milhões	36.463,1	1.321,8	24,5	10,0
Mais de 49 anos	R$milhões	7.866,0	294,4	3,2	1,2
Remuneração média					
ACTs					
Até 24 anos	R$	749	633	676	635
Entre 25 e 49 anos	R$	1.085	853	937	803
Mais de 49 anos	R$	1.247	1.018	1.156	1.008
Economia					
Até 24 anos	R$	896	741	659	655
Entre 25 e 49 anos	R$	1.549	1.205	895	832
Mais de 49 anos	R$	2.010	1.926	1.089	1.024

Fonte: Brasil (2010); Ipea (2006).

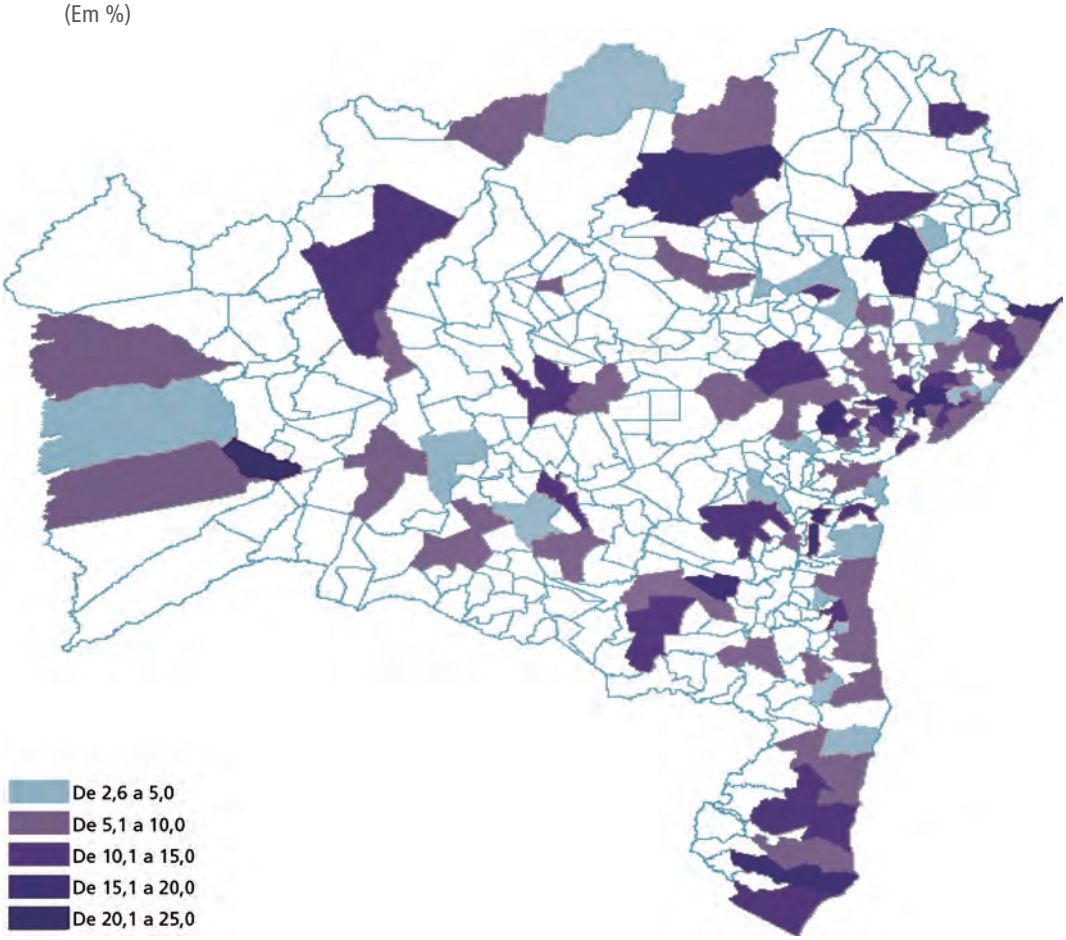
MAPA 17
Empregados com menos de 24 anos nas ACTs – Bahia (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

O mapa 18 mostra a porcentagem de empregos no turismo ocupados por trabalhadores com mais de 49 anos nos municípios da Bahia com pelo menos trinta empregados no setor. Essa porcentagem não ultrapassa 10% na maioria dos municípios analisados. No entanto, em 23 municípios do estado, mais de 30% dos trabalhadores no turismo têm mais de 49 anos. Nestes municípios, o setor turismo é quase inexistente, com uma média de apenas quatro empregados nas ACTs.

MAPA 18
Empregados com mais de 49 anos nas ACTs – Bahia (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

Quanto maior a faixa etária, maior a remuneração média, tanto nas ACTs quanto na economia em geral (tabela 6). Contudo, na economia em geral, no Brasil, a remuneração média dos trabalhadores entre 25 e 49 anos é 73% superior à dos trabalhadores com menos de 24 anos. No turismo, esta porcentagem é bastante inferior: a remuneração média dos trabalhadores entre 25 e 49 anos é 45% maior que a dos mais jovens. O mesmo padrão acontece para os trabalhadores com mais de 49 anos. Na economia em geral, sua remuneração média é 30% maior que a faixa etária anterior, enquanto nas ACTs este valor é de 15%.

É interessante notar que nos municípios turísticos da Bahia, a remuneração média nas ACTs é maior que no conjunto da economia em todas as categorias de idade.

8 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS NAS ACTs

8.1 Simples

O Brasil possui um sistema de tributação simplificado chamado Simples. Consideram-se microempresas aquelas com receita bruta anual de R$ 240 mil ou menos. As empresas de pequeno porte são aquelas com receita bruta anual maior que R$ 240 mil e igual ou inferior a R$ 2,4 milhões (Brasil, 2010). A adesão ou não ao *Simples* é, portanto, um bom indicador do tamanho das empresas em termos de receita.

Conforme consta na tabela 7, em 2010, 80,5% dos estabelecimentos das ACTs no Brasil utilizaram o *Simples*. Essa porcentagem é bastante elevada quando comparada à da média da economia, de 52,7%. No Brasil, os estabelecimentos que adotaram este sistema de tributação foram responsáveis por 58,0% dos empregos e 44,2% da massa salarial nas ACTs. Na economia em geral, por sua vez, os estabelecimentos que optaram pelo regime simplificado geraram apenas 25,9% dos empregos e 15,4 % da massa salarial, o que comprova a dimensão menor dos estabelecimentos nas ACTs.

O mapa 19 mostra a porcentagem de estabelecimentos no turismo que adotaram o Simples como regime de tributação em 2010. Como nas seções anteriores, este mapa mostra informações apenas para municípios com trinta ou mais empregos no turismo. Nota-se que na maioria dos municípios analisados, mais de 80% dos estabelecimentos optaram pelo regime simplificado de impostos, podendo ser considerados micro e pequenas empresas.

A porcentagem de estabelecimentos que adotou o Simples é maior nos municípios turísticos da Bahia que no Brasil e no estado da Bahia, tanto nas ACTs quanto na economia em geral. No entanto, nos municípios turísticos do estado, os estabelecimentos optantes pelo Simples geraram 43,6% do total de empregos no setor, enquanto esta porcentagem é de 54,6% na Bahia e de 58,0% no Brasil.

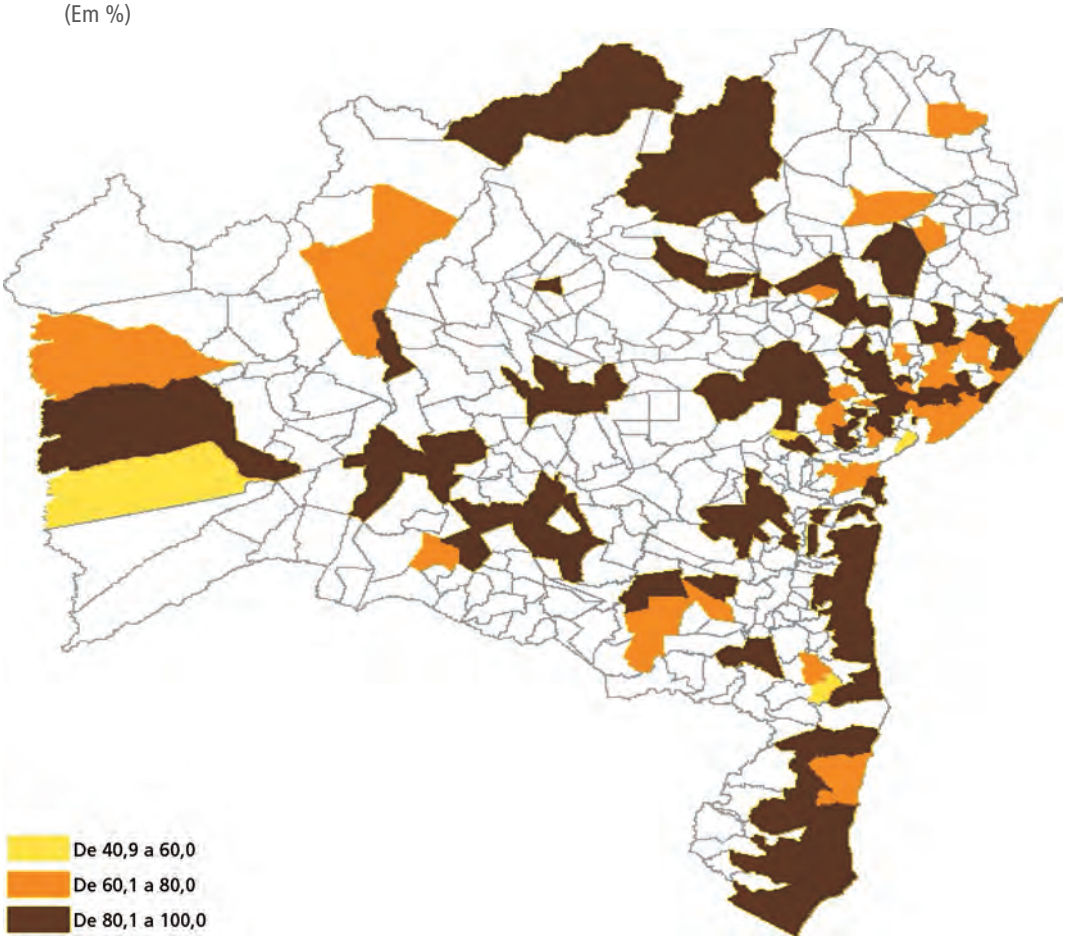
A remuneração média nos estabelecimentos que adotam o Simples é consideravelmente mais baixa que nos demais. Nas ACTs, a remuneração média (R$ 776) nos estabelecimentos optantes pelo Simples é 43% menor que nos demais (R$ 1.356). Na economia em geral, esta diferença é maior: a remuneração média nos estabelecimentos optantes pelo Simples (R$ 868) é 48% menor que nos demais (R$ 1.673).

TABELA 7
Características dos estabelecimentos optantes do Simples como sistema tributário (2010)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Número de estabelecimentos					
ACTs					
Optantes pelo Simples	Unidade	159.090	7.697	1.041	502
Demais	Unidade	38.503	2.120	251	130
Economia					
Optantes pelo Simples	Unidade	1.572.583	77.103	3.151	1.602
Demais	Unidade	1.411.284	61.692	1.970	747
Estabelecimentos optantes pelo Simples					
ACTs	%	80,5	78,4	80,6	79,4
Economia	%	52,7	55,6	61,5	68,2
Número de empregos					
ACTs					
Optantes pelo Simples	('000)	1.000,9	50,3	6,9	3,8
Demais	('000)	724,4	41,8	8,9	2,9
Economia					
Optantes pelo Simples	('000)	9.006,9	412,0	15,4	8,4
Demais	('000)	25.718,3	1.112,0	23,0	8,8
Empregos em estabelecimentos optantes pelo Simples					
ACTs	%	58,0	54,6	43,6	56,7
Economia	%	25,9	27,0	40,0	48,9
Massa salarial					
ACTs					
Optantes pelo Simples	R$ milhões	776,8	33,2	4,6	2,6
Demais	R$ milhões	982,1	42,7	9,5	2,6
Economia					
Optantes pelo Simples	R$ milhões	7.820,5	298,2	10,5	5,9
Demais	R$ milhões	43.019,0	1.521,3	22,6	7,9
Massa salarial em estabelecimentos optantes pelo Simples					
ACTs	%	44,2	43,7	32,8	50,0
Economia	%	15,4	16,4	31,7	43,0
Remuneração média					
ACTs					
Optantes pelo Simples	R$	776	660	674	687
Demais	R$	1.356	1.022	1.066	900
Economia					
Optantes pelo Simples	R$	868	724	682	707
Demais	R$	1.673	1.368	979	897

Fonte: Brasil (2010); Ipea (2006).

MAPA 19
Estabelecimentos optantes pelo Simples nas ACTs – Bahia (2010)
(Em %)



Elaboração da autora.

8.2 Tamanho do estabelecimento

Outra maneira de analisar o tamanho dos estabelecimentos é categorizá-los pelo número de empregados. Conforme consta na tabela 8, no Brasil, a maioria dos estabelecimentos nas ACTs (78,6%) e no conjunto da economia (81,2%) empregam nove ou menos pessoas. Apesar de numerosos, estes estabelecimentos respondem por apenas 29,7% dos empregos e 21,5% da massa salarial no turismo, e por 20,7% dos empregos e 12,8% da massa salarial na economia. Em contraste, estabelecimentos grandes, com 250 pessoas ou mais, representam apenas 0,1% dos estabelecimentos nas ACTs, mas são responsáveis por 9,6% dos empregos e 21,5% da massa salarial no setor.

Nos municípios turísticos da Bahia, esse padrão é um pouco diferente, com uma participação maior de estabelecimentos de grande porte (0,6% dos estabelecimentos nas ACTs tem 250 ou mais empregados). Estes estabelecimentos são responsáveis por 30,9% dos empregos e 39,8% da massa salarial no setor turismo.

TABELA 8
Características dos estabelecimentos por número de empregados (2010)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Número de estabelecimentos					
ACTs					
De 0 a 9 empregados	Unidade	155.251	7.662	1.011	476
De 10 a 49 empregados	Unidade	38.291	1.926	237	128
De 50 a 249 empregados	Unidade	3.761	205	36	26
De 250 ou mais empregados	Unidade	290	24	8	2
Economia					
De 0 a 9 empregados	Unidade	2.424.339	115.269	4.388	1.977
De 10 a 49 empregados	Unidade	463.918	19.438	631	320
De 50 a 249 empregados	Unidade	79.010	3.293	88	47
De 250 ou mais empregados	Unidade	16.600	795	14	5
ACTs					
De 0 a 9 empregados	%	78,6	78,0	78,3	75,3
De 10 a 49 empregados	%	19,4	19,6	18,3	20,3
De 50 a 249 empregados	%	1,9	2,1	2,8	4,1
De 250 ou mais empregados	%	0,1	0,2	0,6	0,3
Economia					
De 0 a 9 empregados	%	81,2	83,0	85,7	84,2
De 10 a 49 empregados	%	15,5	14,0	12,3	13,6
De 50 a 249 empregados	%	2,6	2,4	1,7	2,0
De 250 ou mais empregados	%	0,6	0,6	0,3	0,2
Número de empregos					
ACTs					
De 0 a 9 empregados	('000)	512,1	25,5	3,3	1,6
De 10 a 49 empregados	('000)	723,3	37,0	4,5	2,5
De 50 a 249 empregados	('000)	324,4	17,7	3,1	2,1
De 250 ou mais empregados	('000)	165,5	12,0	4,9	0,6
Economia					
De 0 a 9 empregados	('000)	7.184,7	336,1	12,3	5,7
De 10 a 49 empregados	('000)	9.101,1	375,8	11,8	6,0
De 50 a 249 empregados	('000)	7.643,5	325,7	8,0	4,3
De 250 ou mais empregados	('000)	10.796,0	486,3	6,3	1,2

(Continua)

(Continuação)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
ACTs					
De 0 a 9 empregados	%	29,7	27,7	21,1	24,1
De 10 a 49 empregados	%	41,9	40,1	28,6	36,7
De 50 a 249 empregados	%	18,8	19,2	19,4	31,1
De 250 ou mais empregados	%	9,6	13,0	30,9	8,2
Economia					
De 0 a 9 empregados	%	20,7	22,1	32,0	33,1
De 10 a 49 empregados	%	26,2	24,7	30,7	34,8
De 50 a 249 empregados	%	22,0	21,4	21,0	25,1
De 250 ou mais empregados	%	31,1	31,9	16,4	7,0
Massa salarial					
ACTs					
De 0 a 9 empregados	R$ milhões	377,4	16,5	2,2	1,1
De 10 a 49 empregados	R$ milhões	627,9	27,4	3,3	1,9
De 50 a 249 empregados	R$ milhões	376,0	17,7	3,0	1,9
De 250 ou mais empregados	R$ milhões	377,6	14,4	5,6	0,4
Economia					
De 0 a 9 empregados	R$ milhões	6.509,2	252,8	8,8	4,1
De 10 a 49 empregados	R$ milhões	11.190,3	378,3	9,3	5,0
De 50 a 249 empregados	R$ milhões	11.880,7	432,6	8,2	3,8
De 250 ou mais empregados	R$ milhões	21.259,3	755,8	6,7	0,9
ACTs					
De 0 a 9 empregados	%	21,5	21,7	15,3	21,1
De 10 a 49 empregados	%	35,7	36,1	23,6	35,2
De 50 a 249 empregados	%	21,4	23,3	21,3	36,0
De 250 ou mais empregados	%	21,5	18,9	39,8	7,7
Economia					
De 0 a 9 empregados	%	12,8	13,9	26,6	29,9
De 10 a 49 empregados	%	22,0	20,8	28,3	36,5
De 50 a 249 empregados	%	23,4	23,8	24,8	27,2
De 250 ou mais empregados	%	41,8	41,5	20,3	6,4
Remuneração média					
ACTs					
De 0 a 9 empregados	R$	737	647	648	683
De 10 a 49 empregados	R$	868	742	740	747
De 50 a 249 empregados	R$	1.159	1.001	983	903
De 250 ou mais empregados	R$	2.282	1.197	1.152	733

(Continua)

(Continuação)

	Unidade	Brasil	Bahia	Municípios na Bahia com TDT > 20%	Porto Seguro
Economia					
De 0 a 9 empregados	R$	906	752	715	726
De 10 a 49 empregados	R$	1.230	1.007	793	843
De 50 a 249 empregados	R$	1.554	1.328	1.019	872
De 250 ou mais empregados	R$	1.969	1.554	1.065	733

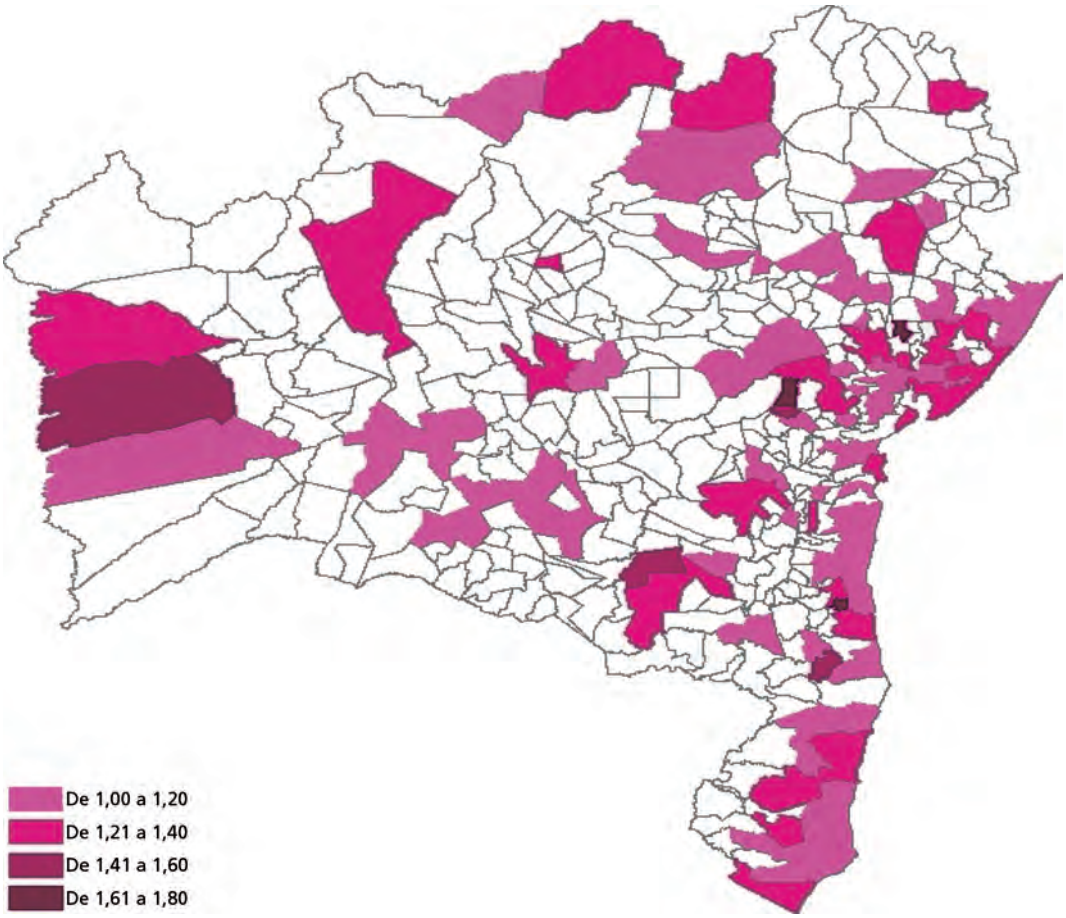
Fonte: Brasil (2010); Ipea (2006).

O mapa 20 mostra o índice de tamanho do estabelecimento calculado pelo Ipea. Analogamente ao índice de escolaridade, o índice de tamanho do estabelecimento consiste na soma do número de estabelecimentos em cada categoria de tamanho, multiplicado pelos fatores 1 (de 0 a 9 empregos), 2 (de 10 a 49 empregos), 3 (de 50 a 249 empregos) ou 4 (250 ou mais empregos) e, em seguida, dividido pelo número total de estabelecimentos nas ACTs. O índice varia de 1 a 4, assumindo o valor *1* se todos os estabelecimentos tiverem de 0 a 9 empregados e *4* se todos os estabelecimentos tiverem mais de 250 empregados. Novamente, apenas os municípios com trinta ou mais empregos nas ACTs foram considerados.

O mapa 20 mostra que a maioria dos estabelecimentos no setor turismo é micro ou pequenas empresas e nenhum município apresenta índice de tamanho do estabelecimento superior a 1,8. Os municípios com índices mais elevados são principalmente aqueles com poucos estabelecimentos no setor turismo. Entre os municípios com pelo menos trinta estabelecimentos do setor, Mata de São João (1,36), Catu (1,33), Salvador (1,32), Lauro de Freitas (1,30) e Vitória da Conquista (1,30) apresentam os maiores valores de índice de tamanho do estabelecimento no turismo.

A tabela 8 mostra ainda que, tanto nas ACTs quanto na economia em geral, a remuneração média aumenta com o tamanho dos estabelecimentos. No setor turismo no Brasil, enquanto a remuneração média dos trabalhadores em estabelecimentos com nove ou menos empregados é de R$ 737, nos estabelecimentos com 250 ou mais empregados, este valor é de R$ 2.282, ou seja, 210% maior. Na Bahia, esta diferença é muito menor: a remuneração média (R$ 1.197) nos estabelecimentos de grande porte (250 ou mais empregos) é 85% superior à remuneração média (R$ 647) nos microestabelecimentos (nove ou menos empregos).

MAPA 20
Índice do tamanho dos estabelecimentos nas ACTs – Bahia (2010)



Elaboração da autora.

9 CONCLUSÃO

Estatísticas no nível subnacional são importantes, especialmente em países de grande extensão e com elevada disparidade regional, como o Brasil. A relevância de dados subnacionais no caso das estatísticas de emprego no setor turismo é ainda maior, tendo em vista que o turismo é uma atividade estreitamente ligada ao território. Este texto apresentou a experiência do Brasil na utilização de um registro administrativo (Rais) para a geração de estatísticas de emprego no setor turismo no nível local e para a caracterização de trabalhadores e estabelecimentos do setor.

A despeito de algumas dificuldades – como a possibilidade de autoclassificação errônea da atividade econômica – a Rais revelou-se uma fonte de dados bastante rica a partir da qual estatísticas valiosas em nível subnacional podem ser derivadas de forma relativamente barata. A experiência do Brasil sugere que países com registros administrativos de boa qualidade podem se beneficiar da exploração destas bases de dados como importante fonte de estatísticas de emprego no setor turismo.

As estatísticas apresentadas neste texto são para o nível local (municipal). A Rais oferece ainda a possibilidade de georreferenciamento mais detalhado das informações com base nos dados de endereço ou CEP. Estudos posteriores teriam de avaliar a qualidade das informações de endereço, que poderiam se referir a escritórios de contabilidade e não ao estabelecimento em si, distorcendo a análise. Este pode ser objeto de investigação de pesquisas futuras.

Os dados analisados neste estudo mostram que altos índices de dependência de turismo geralmente ocorrem em destinos turísticos bem estabelecidos ou em municípios com economias rudimentares. Estes municípios em conjunto representam apenas uma pequena fração do setor turismo no Brasil, uma vez que os estabelecimentos e empregos no setor estão concentrados principalmente nas capitais dos estados. Portanto, apesar de estes municípios serem altamente dependentes do turismo, eles são pouco relevantes no conjunto das ACTs no país. Contudo, estas municipalidades podem ter papel importante na atração de visitantes, gerando demanda para as ACTs nas capitais próximas que atuam como centros de transporte para tais destinos.

Esse é um dos diversos aspectos que podem ser explorados em investigações futuras por meio da combinação dos dados proporcionados pelos registros administrativos com outras fontes de informação de infraestrutura e do lado da demanda, por exemplo. Estes dados podem fornecer informações úteis para monitorar o desenvolvimento do turismo no país e formular políticas eficazes para o setor.

POSFÁCIO

Este estudo foi apresentado originalmente no *First seminar on regional tourism: setting the focus*, em julho de 2012, em Veneza. Este seminário foi promovido pelo InRoute em colaboração com a Organização Mundial do Turismo (OMT), Universidade Ca'Foscari, CiCTourGUNE e governo de Veneto no esforço de estabelecer as diretrizes para a formulação de um Sistema de Informações Regionais do Turismo.

A experiência do Brasil relatada neste trabalho aparece no documento que resultou do seminário *A closer look at tourism: sub-national measurement and analysis. Towards a set of UNWTO guidelines* (InRoute e UNWTO, 2013) como exemplo de mensuração de estatísticas do turismo em nível subnacional a ser aplicado em outros países:

> A configuração desta iniciativa do InRouTe (o desenho de um Sistema de Informações Regionais, R-TIS) aproveitou-se de dois estudos de caso:[1] Irlanda e Brasil. Estes destacam que é possível estruturar uma articulação entre entidades nacionais/regionais/locais que gere um conjunto suficiente de dados básicos e indicadores tanto para a demanda quanto para a oferta do turismo como atividade econômica (InRouTe e UNWTO, 2013, p. 9, tradução nossa).[2]

> As sugestões apresentadas nos três parágrafos seguintes foram construídas com base na pesquisa realizada pela Irlanda (*National Statistical Office and Failte Ireland*)[3] e pelo Brasil (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada);[4] esses estudos de caso sustentam a ação proposta pelo InRouTe de expandir tais exercícios em países da Europa, bem como em alguns países G.20. Eles mostram que há dados suficientes para estabelecer uma articulação de dados e indicadores nacionais/regionais/locais relacionados à demanda e oferta turística, tais como pernoites/estabelecimentos produtivos nas indústrias do turismo/emprego associados a essas indústrias (InRouTe e UNWTO, 2013, p. 34, tradução nossa).[5]

1. Para mais informações, ver: Sakowski (2012).
2. *"The setup of this InRoute initiative (the design of a Regional Information System, R-TIS) has taken advantage of two case studies, viz. Ireland and Brazil. These highlight that it is possible to structure an articulation between national/regional/local entities that generates a sufficient set of basic data and indicators both for the demand and supply of tourism as an economic activity"*.
3. Para mais informações, ver: Wall e Macfeely (2012).
4. Para mais informações, ver: Sakowski (2012).
5. *"The suggestions presented in the following three paragraphs are built on the research carried on by Ireland (National Statistical Office and Failte Ireland) and Brazil (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); such case studies support INRouTe's proposed action to expand such exercises in European countries as well as in some other G.20 countries. Such case studies show that there are sufficient data to set up an articulation of national/regional/local data and indicators related to both tourism demand and supply such as overnights/productive establishments of tourism industries/employment associated with such industries"*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de orientação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2006**. Brasília: MTE, 2006.

_____. _____. **Manual de orientação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2010**. Brasília: MTE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas (Cempre)**: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INROUTE – THE INTERNATIONAL NETWORK ON REGIONAL ECONOMICS, MOBILITY AND TOURISM; UNWTO – THE WORLD TOURISM ORGANIZATION. **A closer look at tourism**: sub-national measurement and analysis: towards a set of UNWTO guidelines. Madrid, 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Metodologia do cálculo dos coeficientes de atendimento turístico e estimativas relativas ao emprego formal no setor turismo, com base nos dados da Rais**. Brasília, 2006.

MACFEELY, S.; DELANEY, J.; O'DONOGHUE, F. **Using business registers to conduct a regional analysis of enterprise demography and employment in the tourism industries**: learning from the irish experience. 2012.

SAKOWSKI, P. A. M. **Aspectos metodológicos do sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo**. Rio de Janeiro, 2013. (Texto para Discussão, n. 1.842).

_____. **Measuring employment in the tourism industries in Brazil**: from national to regional and local level. Brasília, 2012.

UNTWO – THE WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International recommendations for tourism statistics 2008**. Madrid; New York: United Nations World Tourism Organization, 2010.

WALL, C.; MACFEELY, S. **Ireland case study**: measuring e analysing regional tourism. *In*: SEMINAR ON REGIONAL TOURISM, 1., Italy, 5-6 July, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASSIEU, A. **Measuring and analyzing regional tourism**: towards a set of general guidelines. 2012.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Atividades econômicas por ACT

	CNAE 2.0
Alojamento	
Hotéis e similares	55.10-8
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	55.90-6
Alimentação	
Restaurantes e similares	56.11-2
Serviços ambulantes de alimentação	56.12-1
Transporte terrestre	
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	49.22-1
Transporte rodoviário de táxi	49.23-0
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	49.29-9
Trens turísticos, teleféricos e similares	49.50-7
Transporte aquaviário	
Transporte marítimo de cabotagem	50.11-4
- *Exceto* transporte *marítimo de cabotagem – carga (50.11-4/01)*	
Transporte marítimo de longo curso	50.12-2
- *Exceto* transporte *marítimo de longo curso – carga (50.12-2/01)*	
Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	50.22-0
Transporte por navegação de travessia	50.91-2
Transporte aquaviários não especificados anteriormente	50.99-8
Transporte aéreo	
Transporte aéreo de passageiros regular	51.11-1
Transporte aéreo de passageiros não regular	51.12-9
Aluguel de transportes	
Locação de automóveis sem condutor	77.11-0
Agências de turismo	
Agências de viagens	79.11-2
Operadores turísticos	79.12-1
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	79.90-2
Cultura e lazer	
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	90.01-9
- Exceto atividades de sonorização e de iluminação (90.01-9/06)	
Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	91.02-3
- Exceto restauração e conservação de lugares e prédios históricos (91.02-3/02)	
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	91.03-1
Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	92.00-3
Atividades esportivas não especificadas anteriormente	93.19-1
Parques de diversão e parques temáticos	92.21-2
Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	93.29-8

Elaboração da autora (2006).

APÊNDICE B

TABELA B.1
Estatísticas do turismo por UF (2010)

	Número de estabelecimentos		Número de empregos			Massa salarial		Remuneração média	
UF	ACTs ('000)	Economia ('000)	ACTs ('000)	Turismo[1] ('000)	Economia ('000)	ACTs R$ milhões	Economia R$ milhões	ACTs R$	Economia R$
Acre	0,4	5,5	2,9	1,5	67,8	2,1	77,7	725	1.146
Alagoas	1,9	22,7	16,3	8,3	317,0	12,0	314,2	741	991
Amapá	0,3	4,7	3,1	1,6	58,1	2,4	67,0	769	1.152
Amazonas	1,1	17,1	15,0	10,3	367,4	14,2	538,6	950	1.466
Bahia	9,8	138,8	92,1	47,2	1.523,9	76,0	1.819,5	825	1.194
Ceará	4,4	67,7	46,6	20,9	932,6	34,3	883,2	735	947
Distrito Federal	4,6	50,6	46,5	21,8	665,2	43,3	1.207,2	931	1.815
Espírito Santo	4,4	66,6	35,6	19,0	678,5	29,3	852,8	824	1.257
Goiás	5,7	110,5	48,0	20,7	956,5	40,8	1.111,0	850	1.161
Maranhão	1,6	30,5	15,4	8,3	380,0	11,8	411,3	767	1.083
Mato Grosso	3,0	60,5	21,3	9,6	513,3	18,2	603,5	855	1.176
Mato Grosso do Sul	2,5	51,0	17,8	7,9	414,5	14,6	471,3	824	1.137
Minas Gerais	23,4	389,6	179,8	91,4	3.703,8	152,7	4.509,0	849	1.217
Pará	2,2	43,9	25,1	14,3	598,6	21,4	718,5	850	1.200
Paraíba	1,6	30,1	14,0	6,6	319,7	9,7	302,4	694	946
Paraná	14,0	237,5	99,0	47,2	2.307,7	90,5	3.062,9	914	1.327
Pernambuco	5,3	80,5	54,6	28,7	1.113,5	43,8	1.237,7	803	1.112
Piauí	1,2	20,9	10,8	4,9	233,3	7,7	225,3	717	966
Rio de Janeiro	18,8	234,0	224,1	126,3	3.281,5	225,6	5.549,4	1.006	1.691
Rio Grande do Norte	2,5	32,7	25,2	13,0	376,8	18,9	391,6	751	1.039
Rio Grande do Sul	15,3	244,2	100,4	47,6	2.322,9	104,1	3.219,8	1.037	1.386
Rondônia	1,2	22,6	9,7	4,2	223,5	7,9	282,8	816	1.266
Roraima	0,3	3,5	2,1	1,0	38,1	1,9	41,4	875	1.088
Santa Catarina	11,5	167,7	74,9	34,0	1.721,7	69,3	2.234,2	925	1.298
São Paulo	58,0	813,1	525,5	285,1	11.243,6	691,4	20.292,1	1.316	1.805
Sergipe	1,4	19,9	13,0	6,3	244,2	10,0	284,8	768	1.166
Tocantins	0,9	17,6	6,5	2,7	121,6	4,9	130,2	758	1.071
Brasil	197,6	2.983,9	1.725,3	890,3	34.725,2	1.758,9	50.839,5	1.019	1.464

Nota: [1] Número de empregos no turismo nas ACTs.
Fonte: Brasil (2010) e Ipea (2006).

APÊNDICE C

TABELA C.1
Taxa de dependência do turismo e razão entre a remuneração média nas ACTs e na economia por UF (2010)

	TDT baseada em número de estabelecimentos	TDT baseada em número de empregos no turismo nas ACTs	TDT baseada em número de empregos nas ACTs	TDT baseada em massa salarial	Razão entre a remuneração média nas ACTs e na economia
	%	%	%	%	Razão
Acre	6,5	2,2	4,3	2,7	0,63
Alagoas	8,5	2,6	5,1	3,8	0,75
Amapá	7,2	2,8	5,3	3,5	0,67
Amazonas	6,7	2,8	4,1	2,6	0,65
Bahia	7,1	3,1	6,0	4,2	0,69
Ceará	6,5	2,2	5,0	3,9	0,78
Distrito Federal	9,0	3,3	7,0	3,6	0,51
Espírito Santo	6,6	2,8	5,2	3,4	0,66
Goiás	5,2	2,2	5,0	3,7	0,73
Maranhão	5,2	2,2	4,0	2,9	0,71
Mato Grosso	5,0	1,9	4,2	3,0	0,73
Mato Grosso do Sul	4,9	1,9	4,3	3,1	0,72
Minas Gerais	6,0	2,5	4,9	3,4	0,70
Pará	5,1	2,4	4,2	3,0	0,71
Paraíba	5,4	2,1	4,4	3,2	0,73
Paraná	5,9	2,0	4,3	3,0	0,69
Pernambuco	6,6	2,6	4,9	3,5	0,72
Piauí	5,7	2,1	4,6	3,4	0,74
Rio de Janeiro	8,0	3,8	6,8	4,1	0,60
Rio Grande do Norte	7,7	3,4	6,7	4,8	0,72
Rio Grande do Sul	6,3	2,0	4,3	3,2	0,75
Rondônia	5,5	1,9	4,3	2,8	0,64
Roraima	8,6	2,7	5,6	4,5	0,80
Santa Catarina	6,8	2,0	4,4	3,1	0,71
São Paulo	7,1	2,5	4,7	3,4	0,73
Sergipe	6,9	2,6	5,3	3,5	0,66
Tocantins	5,0	2,2	5,3	3,8	0,71
Brasil	6,6	2,6	5,0	3,5	0,70

Fonte: Brasil (2010) e Ipea (2006).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Reginaldo da Silva Domingos

Revisão
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Laeticia Jensen Eble
Leonardo Moreira de Souza
Marcelo Araujo de Sales Aguiar
Marco Aurélio Dias Pires
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Bárbara Seixas Arreguy Pimentel (estagiária)
Jessyka Mendes de Carvalho Vásquez (estagiária)
Karen Aparecida Rosa (estagiária)
Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniella Silva Nogueira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Diego André Souza Santos
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Buenos

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos